

4

Segunda parte da defesa do princípio de não-contradição

4.1

Algumas características do segundo argumento

De maneira preliminar, ressaltaremos algumas características do segundo argumento que será exposto nas próximas seções deste capítulo.

Primeiro, esse argumento começará entendendo, na situação dialógica proposta por Aristóteles, o pedido ao nosso opositor para *que ele signifique uma coisa* como sendo um pedido para *que ele indique um objeto* (possível sujeito de predicacões). Quando é exigido que “o adversário, ao menos, queira dizer algo para si mesmo e para outro” (*Met.* 1006a21, tradução de Lucas Angioni), esse “dizer algo” (*semainein*) será entendido como um “indicar”, “apontar”, “significar” (confira e.g. *Oxford Classical Greek Dictionary*). Ao final da segunda edição de seu livro com a tradução e notas de alguns livros da *Metafísica*, Christopher Kirwan acrescenta alguns comentários adicionais sobre o texto *Met.* 1006a31-b34. Um deles é:

I now have no doubt that Aristotle's 'signify', 'semainein', does not mean 'mean' or 'be explicated by' but expresses a relation which words bear to things, better translated 'signify' or 'indicate' than 'denote'... (Kirwan, 1993, p. 205).

Esse pedido, para que o opositor signifique (indique) algo, não é ainda pedir que ele diga que algo é ou que algo não é o caso, pois isso poderia já parecer utilizar o que está em questão (*Met.* 1006a19-21). O sujeito significar algo é entendido como ele significando, ou podendo significar algo de *determinado* (*horismenon*) (*Met.* 1006a24-25). E, por “significando algo de determinado” para si mesmo, e, para um outro, entenderemos *identificando* um objeto para si mesmo e para um

outro.⁵ Quem não indica *uma* (única) coisa, uma coisa determinada, não identifica coisa alguma (cf. *Met.* 1006b7). Portanto (a) *não significar uma só coisa consiste em nada significar* será equivalente a (b) *identificar é identificar um único objeto*. A noção de identificação, por sua relevância para esse argumento, será, em breve, alvo de uma longa consideração. Por enquanto, tenhamos isso como uma elucidação propedêutica do que é identificação: podemos dizer, muitas vezes, quando alguém fala, mencionando algum particular, que um ouvinte sabe qual é o particular de que se está falando (i.e. ele entende qual é o objeto em questão), quando isso ocorre, diremos que o ouvinte foi capaz de *identificar* qual é o particular indicado pelo falante (compare com Strawson, 1959, p. 16).

Segundo, a estratégia desse argumento passará por compreender melhor quais são as condições mínimas para que se possa pensar sobre um particular no mundo. Para pensar sobre um particular, o sujeito deve ser capaz de indicar e identificar qual é o particular ao qual ele se refere, e esse tipo de habilidade é um saber discriminatório. No fim, identificar um objeto material envolverá saber que tipo de coisa ele é e que isso exclui que ele seja outros tipos de coisa. Assim, teremos a conclusão: se o opositor não trata certos “predicados sortais” como incompatíveis (se excluindo de maneira robusta), ele é incapaz de pensar sobre um particular como sendo um sujeito de predicções, muito menos, como sendo um sujeito de predicções contraditórias.

Terceiro, caso esse argumento seja bem-sucedido, ele impede, na base, que uma contradição seja dita com entendimento, isto é, que haja um pensamento por detrás das palavras de alguém que afirma, insistentemente, que algo “é e não é”. Enquanto o primeiro argumento, inspirado no *Introduction to Logical Theory* de Strawson, conclui que predicar F e não-F de um mesmo objeto resulta em informação zero sobre o objeto, esse segundo argumento questiona se o mesmo objeto foi identificado, isto é, questiona-se qual é o objeto (se algum) o qual se pretende predicar. Seguindo a metáfora da fronteira de Strawson (ver *Capítulo 3*),

⁵ Kirwan traduz como ‘to signify something both to himself and to someone else... something definite’ (*Met.* 1006a24-25). Escrevemos “significando algo de determinado para si e para um outro”, mas poderíamos ter parafraseado Aristóteles através da expressão “indicando, para si e para um outro, algo definido”. Nosso segundo argumento *assumirá* que o que está sendo exigido do opositor é este faça (algo como) uma “referência identificadora” *à la* Strawson (Strawson, 1959, pp. 15-16). Esse conceito semântico-epistêmico (“referência identificadora”) parece se encaixar perfeitamente na situação dialógica imaginada por Aristóteles - situação dialógica que explicaremos no decorrer desse capítulo.

enquanto Strawson explica que colocar o objeto na fronteira resulta em nada ser dito, neste contexto (neste *Capítulo 4*), mostraremos que nada foi selecionado para se colocar em lugar algum.

Um quarto e último comentário preliminar sobre esse segundo argumento diz respeito a que, por um lado, o primeiro argumento relacionava sentidos determináveis de predicados com o PNC, e essa relação era obtida atentando-se para o modo como *nós* usamos os termos predicados; este segundo argumento, de outra forma, relacionará objetos determinados ao PNC, e a chave, para o estabelecimento dessa relação, estará em se atentar para como *nós* identificamos objetos. O primeiro argumento analisou o ato de predicação, olhando para o papel ou função da predicação; o segundo analisará o ato de identificação, estudando o que é, para um sujeito, identificar um particular. Com o primeiro argumento, negar o PNC é se comprometer com sentidos radicalmente indeterminados, que não podem ser compreendidos, em princípio, por nós. Já com esse segundo, rejeitar o PNC é afirmar que há objetos radicalmente indeterminados que não podem ser conhecidos por nós.

4.2

O segundo argumento

O segundo argumento que propomos como defesa do princípio de não contradição pode ser expresso em uma versão esquemática, que serve como resumo das próximas seções, nos seguintes “passos”. (Os parágrafos desta seção estão numerados para futura referência).

[i] O experimento de pensamento é uma situação de diálogo em que imaginamos alguém conversando com um opositor ou adversário do PNC. Pede-se ao opositor que identifique (especifique), para si mesmo e para um outro, um objeto concreto nos arredores. O adversário deve ser capaz de, por exemplo, apontar para o objeto, usando o pronome demonstrativo ‘isto’, mostrando ou tornando evidente o objeto. Tudo o que se pede é que seja feita referência cognitiva determinada a um particular, que seja dado a conhecer o objeto de que se trata.

[ii] Todos nós distinguimos coelhos de homens, compreendemos como manter em vista (*to keep track*) suas respectivas localizações, ao longo do tempo, por meio da percepção, mesmo quando esses particulares mudam de posição espacial ou quando nós mesmo mudamos nossa atenção daqui para ali.

Identificamos, entre vários coelhos e entre as várias experiências sensoriais que temos deles, qual é o coelho que queremos designar. Além disso, um sujeito consegue distinguir o que ele julga aqui e agora sobre um objeto do que ele (ou o outro sujeito) pode julgar a partir de outra localização espaço-temporal.

[iii] O objeto-alvo da demonstração ostensiva é um objeto determinado apenas, à medida que ele é localizado, em um sistema de objetos semelhantes e a própria demonstração ostensiva é uma referência demonstrativa determinada, porque ela está localizada em um sistema de outras demonstrações possíveis ('aqui' em contraste com 'ali', 'direita'/'esquerda', 'acima'/'abaixo', 'este'/'aquele'). Toda referência demonstrativa é determinada em virtude de ocupar um lugar num sistema complexo de possibilidades, um sistema de classificações – um sistema de classificações que servem de cenário no qual qualquer ato de demonstração (indicação) surge como sendo um ato de demonstração (indicação) com alguma categoria.

[iv] Se, então, toda demonstração ostensiva é essencialmente dependente de um sistema complexo que inclui outras possíveis demonstrações ostensivas, similares e contrastantes, logo nenhuma demonstração ostensiva é um “puro isto”. Uma demonstração ostensiva que fosse um “puro isto” seria uma referência demonstrativa cuja determinação seria independente de qualquer sistema classificatório ou categorial.

[v] O opositor se refere a um objeto determinado no mundo, por exemplo, ele identifica (seleciona) *Este homem* (Sócrates) como o sujeito de predicções (afirmações e negações) possíveis. Se ele faz uma referência determinada, identificando *Isto* (Sócrates) como sendo um homem, então essa referência, no mínimo, exclui outros objetos. Ao identificar *Isto* como um ser humano, nosso opositor está evidentemente colocando Sócrates numa série de relações de incompatibilidade (exclusão). Se *Isto* é um ser humano, logo, necessariamente, *Isto* não é um muro. Se *Isto* é um ser humano, assim, necessariamente, *Isto* não é uma trirreme. Ora, se nosso opositor insiste em indicar (se referir a) Sócrates não apenas como *Este homem*, mas também como *Este muro* e, também, como *Esta trirreme* - se nosso opositor afirma que *Isto* pode tanto ser um homem, quanto ser um muro, como também ser uma trirreme – então, imediatamente, duvidamos se ele, de fato, foi capaz de indicar (entender a referência a) Sócrates (ou qualquer particular que seja). Entender *Isto* como um homem e *Isto* como um não-homem não é se referir

ao mesmo objeto como homem e como não-homem, é simplesmente não se referir à coisa alguma.

[vi] Neste segundo argumento, o que é exigido do opositor é que ele faça referência determinada a *um único* objeto no mundo. Significar é indicar (apontar) e significar algo determinado (*Met.* 1006a24-25) requer, além de entender a coisa como determinada, marcar um limite para o objeto (onde ele termina e um outro começa), destacar o contorno ou entender como seria *determinar* essas fronteiras para si mesmo. Para que ele consiga *entender* qual é o objeto identificado, é necessário um conhecimento discriminatório daquele objeto. Significar algo determinado, nessa ótica, envolve, portanto *excluir* outros objetos.

[vii] Logo conclui-se nosso segundo argumento, se nosso opositor não trata certos predicados, e.g. ‘homem’ e ‘não-homem’, como incompatíveis, ele é incapaz de identificar *Este homem* como o sujeito das predicções.

[viii] Intitulamos esse segundo argumento de *bottom-up*, porque ele questiona se o oponente é capaz de entender (“saber”) a qual objeto é referido. Para pensar num enunciado contraditório, é necessário que nosso opositor identifique (especifique) um mesmo objeto ao qual predicados contraditórios supostamente se apliquem. Obviamente existe uma diferença entre usar uma expressão (e.g. um termo singular utilizado para se referir a um objeto) e entender o uso dessa expressão (e.g. entender a qual é o objeto referido pelo termo singular). Estamos questionando, de início, se nosso opositor, de fato, foi bem-sucedido em significar algo sobre algum particular. Se essa exigência não é cumprida, nada foi entendido, já que nada poderia contar como entender a expressão, ou seja, não há pensamento. Esse segundo argumento tem o mérito de acompanhar Aristóteles, quando ele afirma que ninguém acredita (forma um pensamento de) que alguma coisa é e não é (*Met.* 1005b28-30).

Esse resumo, considerado em si mesmo, não é de todo útil. O significado dos passos [i]-[viii], incluindo alguns termos nele contidos e a sua relação com o PNC, ainda, precisa ser examinado. Todavia esse resumo destaca a estrutura geral do argumento que estamos exibindo neste capítulo.

4.2.1

A estrutura do segundo argumento

O segundo argumento [i]-[viii] pode ser apresentado como consistindo de duas etapas principais: a etapa (α) e a etapa (β). A etapa (α) são os passos [i] a [iv]. Já a etapa (β) são os resultados obtidos nas etapas [v] a [vii].

A primeira etapa, a etapa (α), é a principal e será exposta na próxima seção (*Seção 4.3*). O principal conceito, em estudo, é o de *identificação*. Ou melhor, nossa principal questão é: que é necessário para um sujeito ser capaz de identificar, selecionar, individuar um objeto? Em particular: que é necessário para se ter uma “Ideia adequada” de um objeto material? Nossa resposta será: para se ter uma “Ideia adequada” de um objeto material, uma habilidade cognitiva que permita se pensar sobre este objeto material, em particular, é preciso que se conheça ou que se tenha habilidade de conhecer a “identificação fundamental” de tal objeto, a saber: (a) sua localização espaço-temporal e (b) que tipo (*sort*) de coisa ele é.

Na *Seção 4.4*, explana-se a etapa (β). É verdade que um objeto é tal que pode receber propriedades contrárias, sem deixar de ser o que é (*Cat.* 4b10-21), mas devemos lembrar: nunca ao mesmo tempo e sob todos os mesmos aspectos. A concepção de um objeto que esteja realmente no estado F faz referência à concepção de que ele poderia estar num estado não-F. Ou seja, a concepção de um objeto particular real com suas propriedades atuais (com as propriedades que ele, de fato, tem no momento) é contrastada com os possíveis modos em que esse objeto poderia estar ou que possa vir a estar. Esta maçã está verde agora, mas ela poderá ficar vermelha no futuro. Esta maçã é não doce, mas poderia ser doce. Esta maçã está aqui agora, mas poderia estar em outro lugar. (É importante notar que nem todas as propriedades de um objeto são assim. Em outras palavras, nem em toda classificação F que fazemos de um objeto, é razoável adicionarmos um índice temporal ou modal. Há algumas características de um objeto tais que, se ele deixasse de ser isso, deixaria de ser o que é - e.g. Esta maçã é uma fruta. Aristotelicamente, diríamos que há alguma coisa que o objeto é que faça com que ele seja o que é. Comentaremos isso, em detalhe, apenas nas seções seguintes.) Queremos adiantar que nossa concepção de um mundo atual envolve excluir outras maneiras de como o mundo poderia estar. Essa exclusão é, por isso, uma exclusão modal. Acreditar que seja uma mera diferença e não uma exclusão de caráter modal é uma confusão ou esquecimento da diferença entre o atual e o meramente possível.

4.3

As variedades da referência

O argumento é um experimento de pensamento no qual quem está dialogando com o opositor aguarda que ele indique um objeto. As expressões linguísticas que são usadas nessa função são chamadas de termos singulares. Estamos exigindo que o opositor se refira a um *único* objeto e que entenda a referência que está fazendo. O interlocutor quer entender qual é o objeto a que está se referindo e, para isso, quer saber o que o opositor compreende pelo uso do termo singular. Como já mencionamos, é o opositor do PNC que deve iniciar o diálogo, referindo-se, determinadamente, a um particular. Podemos imaginar que a conversa e a interação entre eles tenha o objetivo: o interlocutor quer saber qual é *exatamente* o objeto indicado pelo opositor. O que esse interlocutor benevolente entende, por meio de uma possível série de perguntas, também servirá de evidência/critério para nós do que o opositor entende (se é que entende algo), que ideia de objeto o opositor possui (se é que possui alguma).

Começemos com algumas elucidações iniciais: quando escrevemos “referência determinada” (cf. [i] da *Seção 4.2*) usamos esses termos, pelo menos, a princípio, para dizer que por *referência* estamos entendendo o ato de se referir a ou indicar um ou alguns objeto(s) no mundo. Chamaremos de referência, por exemplo, o proferimento de ‘Este livro’ para indicar o objeto concreto feito de papel; em mais detalhe, referência é a *relação* entre, por um lado, (a) a ação de proferir a expressão ‘Este livro’, uma expressão da língua portuguesa, acompanhada, talvez, do ato de apontar com o dedo indicador algum local e, por outro, (b) um livro particular aqui à nossa frente, que é um objeto concreto no mundo, o qual podemos literalmente ver e segurar em nossas mãos. Há expressões linguísticas usadas para se referir (1) a alguma coisa ou a alguém ou (2) a uma coleção específica, delimitada, de coisas ou pessoas. Para nossos propósitos, não nos interessa o tipo de expressões a que se referem de maneira vaga ou indeterminada, interessa-nos as expressões que são usadas para se fazer “referência determinada”. De outro modo, entre o conjunto das expressões linguísticas que são utilizadas com o propósito de se fazer referência a objetos, há expressões que poderíamos chamar de “expressões que se referem a, de maneira determinada”, pois, ao contrário de expressões que se referem a, de maneiras indefinidas (e.g. ‘Uns livros’, ‘Um (algum) carro’, ‘Alguém’), elas se

referem, de maneira determinada, a um único objeto específico (e.g. ‘Este livro’, ‘Aquele carro’).⁶ Tenhamos claro o que seria esse “se referir *determinadamente* a algo”. “Determinação”, nesse contexto, significa nada mais do que o uso de uma expressão linguística para se referir a um único objeto. Se dissermos ‘Um (algum) carro...’ estamos, talvez, referindo-nos a algum dos carros de um certo estacionamento, mas não a nenhum carro em particular. Como, por exemplo, em razão do barulho que ouvimos vindo de certo estacionamento, compreendemos a proposição *um (algum) carro do estacionamento está com o alarme disparado*. Compreendemos um certo estado de coisas, mas não temos em mente um único e determinado carro. Podemos, nessa perspectiva, entender ‘Um (algum) carro’, sem ter ideia de um único objeto particular como sendo o referente da expressão. No entanto ‘Aquele carro’ é, em contextos apropriados, uma expressão utilizada para se referir a um único objeto. Assim, quando nosso passo [i] pede que seja feita “referência determinada a um objeto, a uma coisa”, as palavras “um” e “uma” não podem ser entendidas como artigos indefinidos, designando uma pessoa, animal ou coisa de modo impreciso ou vago. Mas, sim, como pedindo algo no espírito de “considere *x como tal*, *x como o indivíduo singular* que é, i.e. considere *x* em específico, *x* em particular, mesmo que ele seja membro de uma multiplicidade de objetos semelhantes” ou, sucintamente, como aguardando que o opositor “se refira a *um G* e não a dois ou a três, que ele escolha um único *G*”.⁷ Nota-se que podemos nos referir, determinadamente, a uma coleção ou multiplicidade de, por exemplo, pessoas desde que a referência feita seja a uma multiplicidade *delimitada* de pessoas, e.g. podemos utilizar ‘Este batalhão’, para nos referir às pessoas que estão

⁶ O contraste que é feito aqui visa dar alguma clareza à noção de “referência determinada”. Contudo mencionamos que poder-se-ia simplesmente crer que ‘qualquer livro’ e ‘algum carro’ *não* são usadas para fazer referência alguma, mas apenas para indicar a quantidade de objetos do domínio que instanciam a propriedade denotada pelo termo geral (‘livro’ e ‘carro’). Em todo caso, não assumiremos (nem rejeitaremos) isso como sendo a análise correta do funcionamento de expressões como ‘qualquer livro’ e ‘algum carro’. É plausível que se acredite que as expressões ‘um (algum) carro’, ‘alguém’, ‘uns livros’ são todas indefinidas, ou pelo menos assim as denominaremos nesta seção.

⁷ Adiantamos que se referir a “um único” indivíduo, no segundo argumento, não será apenas uma questão numérica (*um* em oposição a dois ou três) - apesar de *também* ser uma questão numérica. Com ‘um único’ indicaremos a *unidade* que um objeto singular é, algo uno determinado. Admitimos, porém, que essa distinção não parece fácil de ser traçada com precisão. Pensar sobre um objeto através de uma descrição definida (i.e. pensar em um objeto como sendo aquele objeto seja lá qual for que satisfaça uma descrição suficientemente precisa) é pensar sobre *um* (numérico) objeto. Acrescentemos: alguns autores poderiam não considerar que essa descrição definida é uma “expressão referencial” - apesar de ser usada com o propósito de se referir a um (numérico) objeto - já que esse pensamento não parece ser “diretamente” sobre o objeto particular, ou melhor, o próprio objeto não parece “entrar como constituinte” do pensamento expresso (cf. *Seção 4.4.2*).

todas juntas num pátio ou que foram designadas, para serem comandadas por certo coronel - nesse exemplo, é como se estivéssemos tratando esse conjunto de pessoas como sendo um único objeto.⁸ Apesar do termo ‘objeto’, como usado em filosofia, permitir-nos tal emprego, restringir-nos-emos a objetos concretos individuais como: (1) *Sócrates*, (2) *Aquela mesa*, (3) *Este coelho* em particular ou a aspectos ou partes desses objetos como (4) *A roupa* que Sócrates está vestindo, (5) *O pedaço de mármore* do qual aquela mesa é feita, (6) *O lado direito* deste coelho. Esses foram seis exemplos distintos do que consideraremos ser “objetos particulares concretos”.

A expressões linguísticas que são capazes de se referir a um (único) objeto particular chamamos de *termos singulares*. Em contraste com um *termo geral*, que pode se aplicar a *vários* objetos, classificando-os (e.g. ‘vermelho’ e ‘homem’ são termos gerais), um *termo singular* é aquele que se aplica a (representa ou “está por” ou se refere a) *um único* objeto particular. Gareth Evans, na introdução de seu livro *The Varieties of Reference* (Evans, 1982), chama-os de “expressões referenciais” (*referring expressions*) pela exata razão de termos singulares serem *usados para se referir a* objetos. Tradicionalmente, considera-se que há três tipos de termos singulares (a) nomes próprios (e.g. ‘João’ ou ‘Paris’, entre outros); (b) expressões dêiticas (e.g. alguns pronomes e demonstrativos como ‘este’, ‘ele’, ‘aqui’, ‘lá’, ‘acolá’); e (c) descrições definidas (e.g. ‘o inventor do zíper’, ‘a montanha mais alta’ entre outras). (É interessante notar que, ao exemplificar com os termos singulares do tipo (b), “termos demonstrativos e alguns pronomes”, Evans cita ‘este homem’ e ‘esta mulher’ e não simplesmente ‘este’ ou ‘esta’ seguidos de nada. Isso se deve, acreditamos, ao fato de que nosso autor defenderá que a referência demonstrativa *vis-à-vis* a objetos materiais envolverá, pelo menos “no nível fundamental”, o uso de termos sortais.) Observemos que, como Evans o faz, não trataremos de uma vez todos os termos singulares ou “expressões referenciais”. Evans chama atenção para as variedades da referência, as formas radicalmente distintas que diferentes tipos de termos singulares desempenham sua função de

⁸ Uma referência a uma pluralidade de objetos, entendidos pelo falante como algo uno, como uma unidade complexa, é compatível com o pedido ao opositor de “significar algo de determinado”. Esse exemplo de ‘Este batalhão’ reforça nossa explicação de que ‘um único’ (que aparece em ‘*um único* objeto’) não é uma expressão que meramente enfatiza a unicidade numérica. Podemos nos referir a mais de um objeto particular; e o número de objetos referidos pelo o falante não é o mais importante. O importante (para que alguém refira a “um único” objeto com entendimento, no sentido que daremos a expressão) é que ele *tenha em mente* o(s) objeto(s) particulare(s) a que faz referência.

referir. Evans nos alerta que as similaridades entre as funções dessas expressões podem esconder diferenças semânticas profundas (Evans, 1982, p. 2). Portanto qualquer teoria do significado deve estar atenta para essas diferenças. É por esse motivo que, em breve, em nosso texto, faremos um recorte e daremos ênfase a termos singulares demonstrativos que “estão no lugar de” objetos materiais, excluindo eventos (i.e. acontecimentos) e objetos abstratos. Antes disso, tentemos dar um tratamento tão geral quanto possível à semântica dos termos singulares não nos perguntando diretamente *qual o significado/sentido de termos singulares?* (Lembremos que ainda estamos, nesta fase de formulações provisórias, com as noções não técnicas das palavras “significado” e “sentido”, assim, usamos como sinônimas as perguntas “Qual o sentido de termos singulares?” e “O que dá significado a termos singulares?”) Mas sim tratando de duas questões, ao nosso ver, relacionadas: (1) *qual a função ou papel de um termo singular?* e (2) *que é compreender um termo singular?*

4.3.1

A função de um termo singular é a de especificação

Com a primeira dessas duas últimas perguntas, estamos nos questionando o que consideramos como sendo o emprego dessas expressões linguísticas a que denominamos de ‘termos singulares’. Entende-se que a função ou papel de algo é aquilo para o que este algo é empregado e que a função de expressões como ‘Isto’ e ‘Paris’ é a finalidade para a qual nós normalmente as empregamos. Empregamos essas expressões para “fazer referência a (*representar* ou *está por* ou *indicar*) um único objeto particular”. Se quisermos clarificar, nessa ótica, o que temos em mente, lembremos que um dos propósitos da linguagem, como nos explica Strawson na Parte IV de seu artigo *On Referring*, é falar a respeito de particulares. E, se a linguagem cumpre esse propósito, devemos ter meios de responder tanto à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” quanto à questão “O que é que se está falando sobre isto (sobre ele, ela)?” (Strawson, 1971, p. 16). Para que possamos responder à primeira dessas questões, devemos ter expressões linguísticas que tenham a função de se referir a de maneira determinada (*uniquely referring way*) (ibid., p. 18). Em outro de seus artigos, Strawson nomeia essas expressões linguísticas de “termos singulares” e esclarece que seu emprego é exatamente a de *selecionar* ou *especificar* (*picking or singling it out*) determinado

particular de uma certa classe (Strawson, 1956, p. 348). A expressão inglesa ‘single out’ – que traduziremos como “especificar” – tem o significado de destacar certa opção, de tornar saliente certo indivíduo. ‘Single’, usado como um verbo ou ‘single out’, é escolher alguém de um grupo, para receber atenção especial, por exemplo, ser escalado para receber certo prêmio. O verbo ‘pick’ significa a mesma ideia de escolher, de um grupo, alguém ou alguma coisa, e.g. “Ela selecionou (*picked*) o melhor bolo para si” (Cf. *Oxford Advanced Learner’s Dictionary*). Strawson esclarece que expressões como “um (artigo indefinido) advogado” podem ser consideradas como “identificando” alguém, mas apenas no sentido de descrever alguém como sendo *um advogado* (e.g. “Pedro é *um advogado*”). Uma dessas expressões linguísticas pode “identificar” um objeto a fim de o classificar como pertencendo a um conjunto. Ou seja, um “identificar” representando um classificar ou descrever. Contudo a função dos termos singulares que Strawson chama de “identificação” (e nós preferimos traduzir como “especificação”) é a função de “identificar” um objeto como um elemento *particular* de um conjunto, a saber, o especificar um (único) objeto de uma classe, i.e., o ato de selecionar um único objeto separando-o dos outros elementos daquele conjunto (Strawson, 1956, p. 348). (Uma coisa é afirmar que um objeto pertence a certo conjunto; outra é, dado um conjunto, selecionar certo elemento deste.) Em conclusão, (a) quem emprega um termo singular quer indicar qual é o objeto a que ele quer se referir e (b) a função desse termo é indicar qual é o objeto a que se quer referir.

Tornando explícitas as razões oferecidas no parágrafo anterior, podemos reconstruir nosso uso de Strawson com outras palavras. Quando esse filósofo escreve que a linguagem, muitas vezes, é utilizada para se “falar a respeito de particulares” (no original: *stating facts about things or persons or events*), temos que ele sugere que, para responder à questão “O que dá significado a termos singulares?”, devemos considerar o problema “Qual a contribuição que um termo singular dá ao significado de frases declarativas nas quais ele entra como constituinte?”. As “frases declarativas”, para as quais devemos atentar aqui, mais precisamente, são frases declarativas singulares *afirmativas* da forma *a é F*. Strawson recomenda, corretamente, que, para compreender qual é o uso de um termo singular, uma boa ideia é atentarmos, para as frases singulares predicativas, em que ele ocorre ou em que ele *pode* ocorrer. Se admitimos que o termo geral tem a função de classificação, de descrição, se o termo geral responde à pergunta “O

que é que se está falando sobre isto (sobre ele, ela)?” (*What you are talking about it/him/her?*), então, é claro que o termo singular responde à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (*What/Who/Which one are you talking about?*) (Strawson, 1971, p. 16). A ideia é razoavelmente clara: um predicar é, no mínimo, um classificar. Ao usar um termo geral como predicado, necessitamos que ele seja complementado por uma expressão linguística que indique *o que é* que está sendo classificado. Aqui, “o que é” significa “qual objeto”, ou seja, “qual de todos os objetos” está sendo classificado por meio do predicado. Por isso, nossa resposta, quanto à função dos termos singulares, foi: usamos um termo singular, em frases predicativas singulares, para especificar (indicar, identificar) qual dentre todos os objetos é aquele do qual o termo geral é predicado. Isso é claro, pois admitimos que o termo geral é complementado, em certas frases declarativas, por um termo singular. E as “frases declarativas” são aquelas frases declarativas *predicativas singulares afirmativas*, as que possuem, pelo menos, dois constituintes. Um dos termos (termo singular, o “sujeito”), o de que/quem se diz de alguma coisa e o outro (o termo geral, o “predicado”), o que é dito daquele de que/quem se diz alguma coisa.

4.3.2

Introdução formal do termo ‘Ideia’

Neste capítulo, já foi utilizado o termo ‘Ideia’, em certo número de ocasiões, a saber: (a) quando exigimos que a indicação que nosso opositor faça seja tal que ele (por sua interação verbal e não verbal) manifeste sua posse de uma “Ideia adequada” de um objeto material (cf. parágrafos iniciais de 4.2.1); (b) quando explicamos que o que nosso interlocutor “entende por uma possível série de perguntas, também, serve de evidência/critério para nós” de “que Ideia de objeto o opositor possui” (cf. primeiro parágrafo da *Seção 4.3*). A terceira ocorrência do termo ocorreu, quando descrevemos (c) um exemplo de uma referência que não é determinada, viz. o exemplo de quando se compreende a frase *um (algum) carro do estacionamento está com o alarme disparado*, sem se ter em mente um único e determinado carro, ou seja, quando se entende ‘Um (algum) carro’ sem possuir “ideia de um único objeto particular como sendo o referente da expressão” (cf.

segundo parágrafo de 4.3).⁹ Nosso uso do termo “Ideia” poderia ter sido explicado, de maneira suficiente a nossos propósitos, em tais ocasiões, como descrevendo o uso ordinário e coloquial da linguagem como, quando se diz, em determinado momento, que tínhamos, sim, uma ideia em mente (de qual objeto é tal e tal) ou quando, em certo momento da narração de uma história, dizemos que uma pessoa não tinha ideia alguma sobre de quem falávamos (bem ou mal). Um exemplo do uso coloquial que fizemos desse termo é o próprio exemplo (c) do carro no estacionamento. Todavia precisamos de uma significação mais ou menos técnica às outras ocorrências (a) e (b) para que o real significado de nosso argumento seja apreciado. Assim, é chegada a fase de explicar, em mais detalhe, o que compreendemos pela expressão ‘Ideia de um objeto’. Esse termo, na acepção que o utilizamos, está relacionado à segunda pergunta que fizemos no final da *Seção 4.3* “O que é compreender um termo singular?”. Em um sentido ainda a ser precisado, diremos que, para compreender um termo singular, para utilizá-lo de maneira competente e, especificamente, para saber qual é o objeto a que se refere esse termo, o sujeito deve possuir uma habilidade que denominaremos possuir uma *Ideia* do objeto.¹⁰ Essa habilidade permite ao sujeito compreender frases declarativas, em que ocorre o termo singular - nas quais está sendo usado para se referir, da mesma maneira, ao objeto.

Há uma diferença entre (a) entender o uso de uma expressão linguística e (b) meramente usá-la. *Um exemplo.* Alguém *S* que esteja com os olhos vedados, em frente a uma rua movimentada, pode estender seu braço e proferir ‘Isto...’ de tal maneira que, no instante do proferimento, uma pessoa *a*, de fato, esteja na direção que ele apontou. Podemos até dizer, por benevolência, que *S* “se referiu a” ou “quis indicar” *a*, entretanto não é razoável defender que *S* entende a referência descrita.

⁹ A frase ‘um (algum) carro no estacionamento está com o alarme disparado’ pode ser entendida como tendo um *significado determinado* (já que a própria afirmação tem condições de verdade perfeitamente determinadas). Todavia, neste segundo argumento, estamos entendendo outra coisa por “significar algo de determinado”: o que é exigido do opositor é que ele faça uma referência determinada a um particular com entendimento (tanto para si como para o interlocutor); e essa exigência, essa demanda por parte do interlocutor, entenderemos (ou estipularemos) como uma demanda de que o opositor faça *uma referência identificadora a um particular*, como explicaremos no decorrer deste capítulo.

¹⁰ Nosso termo ‘Ideia’ é inspirado no uso que Gareth Evans faz do termo (Evans, 1982, p. 104). Contudo, como não queremos pressupor a filosofia do autor, em nossa defesa do PNC, vamos expor, neste sentido, o que entendemos por esse vocabulário que estamos introduzindo. É verdade, também, que Evans, muitas vezes, usa princípios e conceitos de uma maneira muito mais ambiciosa e substantiva do que nós.

O comportamento e as respostas de *S* seriam indicativos de que *S* não tem nenhuma Ideia adequada da pessoa *a*. Se perguntássemos a *S*, se ele quis apontar, para um casaco *b* ou a um carro *c*, que estavam na mesma direção de *a* - ou se exigíssemos que *S*, tendo a venda retirada, indicasse-nos a mesma pessoa *a*, que está se afastando, com o pronome demonstrativo ‘aquilo’ - não obteríamos nenhuma resposta satisfatória. Ou seja, referir-se a algo ou a alguém é distinto de entender essa referência a algo ou a alguém. *Um segundo exemplo*. Suponha que uma japonesa, desconhecendo o idioma português, tenha aprendido a pronunciar a sequência de expressões linguísticas ‘O cão mais velho da cidade’. Suponhamos, também, que ela repita essa expressão, em muitos contextos apropriados, talvez por coincidência. Podemos imaginar que ela repita sempre essa expressão, por mera diversão, mas sempre o faça coincidentemente, na presença do cachorro *a*, que é o cão mais velho da cidade. Nessa situação, mesmo que, *factualmente*, ela sempre tenha usado a expressão, em contextos adequados, não seria correto atribuir a essa japonesa a compreensão ou o entendimento da expressão em português. Alguns brasileiros poderiam até supor que ela tratava ‘O cão mais velho da cidade’, como o nome do cão *a* ou que ela, talvez, entendia ‘O cão mais velho da cidade’, como significando qualquer cão que estivesse presente nos arredores, ou mesmo que ela pensava em *a*, como sendo aquele único cão que possuía uma idade tal que nenhum outro cão da cidade o supera. Entretanto essas atribuições de entendimento à japonesa não estariam corretas, pois, *ex hypothesi*, ela proferiu essa expressão apenas porque gosta de sua sonoridade. Acrescentamos que seus amigos brasileiros poderão declarar corretamente, após investigação e, tendo se comunicado com ela em japonês, que “ela não tem nenhuma ideia de objeto em mente, quando profere a expressão”. Há uma diferença entre usar um termo singular e o que o sujeito que usa entende por esse termo singular, podendo ser que o sujeito não entenda nada pela referência feita.

Uma condição, para que o sujeito compreenda ou entenda a referência, é que ele entenda a função ou papel do termo singular utilizada. Em outros termos: pelo exposto na última seção (4.3.1), *entender* um termo singular inclui uma habilidade de compreender sua função de *especificação* - um sujeito que seja creditado como entendendo um termo singular deve possuir um “saber” que equivale, implicitamente, a poder compreender a resposta à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (*What/Who/Which one are you talking about?*).

Um sujeito que usa um termo singular com entendimento possui uma habilidade que nomeamos de *Ideia*. Introduzindo-se essa nomenclatura, podemos nos expressar da seguinte maneira. Se entender um termo singular significa entender seu uso, em uma referência determinada, é claro que, para um sujeito usar um termo singular com entendimento, ele precisa ter uma *Ideia* em mente do objeto ao qual ele se refere. E, para entender, quando o discurso é sobre objetos (para se entender frases predicativas singulares afirmativas), precisamos ter algum tipo de entendimento *de o que se diz de alguma coisa e o que é dito daquele de que se diz alguma coisa*. E entender *de o que se diz de alguma coisa* é entender a qual objeto o termo singular se refere, em outras palavras, é o tacitamente possuir uma resposta à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Logo, possuir uma *Ideia* do objeto, ao qual o termo singular se refere, é condição necessária para se poder compreender a fala sobre aquele objeto. Fazendo uma síntese desse parágrafo: *Ideia de um objeto* é uma habilidade que permite (1) ao sujeito entender a função do termo singular e (2) que ele venha a compreender frases nas quais o termo singular entra como componente.

A *primeira ressalva* a ser feita é a de que não entendemos *Ideia*, neste contexto, como sendo, necessariamente, uma imagem mental ou um item não material ou como algum estado psicológico privado misterioso. Uma certa *Ideia* acerca de certo objeto é uma *habilidade* que sujeitos possuem. Se há uma diferença entre entender e não entender o uso de um termo singular, para se referir a um objeto, então, diremos que o entendimento relaciona-se à posse de uma certa habilidade que nomeamos ‘*Ideia*’ daquele objeto.

A *segunda ressalva* é a exigência de que essa habilidade é estendida no tempo, isto é, não é uma habilidade que só possa ser, em princípio, exercitada, uma única vez, em um único instante. É claro que podemos dizer “ela sabia de quem vocês falavam na conversa de ontem, hoje já esqueceu” ou “ela sabia qual era o objeto, quando estava diante dele no museu, mas isso foi anos atrás...”. No entanto, ela deveria ser capaz de responder, *naquela época* (ontem ou quando estava no museu), a certas questões e a compreender outras falas (verdadeiras ou não) sobre aquele objeto. A justificção por trás dessa exigência é que, normalmente, dizemos coisas, como “ele já entendeu qual é o objeto tal e tal” ou “ele sabe de quem estávamos a falar” ou “ele compreende a expressão linguística tal e tal com um certo objeto em mente”. Nessas situações, não se admite que esse entender (saber,

compreender) não seja estendido no tempo até o sujeito não ser capaz de compreender uma conversa mínima, não ser capaz de responder a questões sobre o objeto. Rejeitaremos que possa haver a compreensão de uma frase isolada da *possível* compreensão de outras frases. Factualmente, podemos até imaginar que essa habilidade seja *exercida*, uma só vez, por um sujeito, ao compreender uma frase (uma fala sobre certo objeto), imaginando um sujeito compreendendo, uma única vez, um discurso sobre determinado objeto. Mas a habilidade de entender qual é o objeto a que se refere a expressão linguística é uma *capacidade* que atribuímos a um sujeito que lhe permite responder a questões e entender frases sobre aquele objeto, durante, no mínimo, um intervalo de tempo. (Se essa habilidade é ou não um processo mental, ou se é acompanhada de um processo consciente, ou mesmo se faz sentido se perguntar “Quando você entendia qual era o objeto? Todo o tempo ou apenas no instante do proferimento?” não nos interessa decidir, cf. Wittgenstein, 2000, §151).

4.3.3

Situação dialógica, notas sobre o experimento de pensamento

Para ensaiar uma justificativa, ou melhor, um esclarecimento das duas últimas ressalvas da seção anterior, devemos lembrar quando, no discurso ordinário, não hesitaríamos em descrever alguém como *não* entendendo uma expressão linguística. Consideremos um exemplo. Suponhamos que haja três canetas, duas pretas e uma vermelha, dispostas numa mesa, em frente a Pedro e ele diga ‘A caneta preta’. Perguntamos quais das canetas é *a caneta preta* que ele tem em mente e ele nos aponta uma das canetas pretas sobre a mesa, a caneta *a*, dizendo ‘Apenas esta’. (Se ele tivesse apontado, para a caneta vermelha, dizendo ‘Esta aqui’, esse seria um indicativo de que ele não compreende inteiramente a expressão ‘A caneta preta’.) Agora, suponha que afastemos a caneta preta *a* de nós. Acharíamos muito estranho que qualquer uma das situações ocorresse: (1) se perguntássemos “*Aquela* caneta preta (apontando para *a*) é a que você tinha apontado?” e ele não soubesse responder; (2) se perguntássemos quais das canetas ele tem em mente, ele repetisse ‘Esta caneta’, agora apontando para a *outra* caneta preta (a caneta *b*); (3) se perguntássemos repetidamente “Esta caneta preta?”, apontando sempre para *a mesma caneta* preta, ele respondesse ora “Não, aquela outra preta”, ora “Sim, essa mesmo”; (4) se Pedro indicasse canetas *diferentes*, ao ouvir as perguntas, “se esta

caneta a que você se refere fosse minha, qual seria a minha caneta?” e “se esta caneta a que você se refere fosse sua, qual seria a sua caneta?”. Se qualquer uma dessas situações ocorresse, seria razoável dizer coisas como “Talvez Pedro não esteja falando sério”, “Talvez o objeto que ele tinha em mente mudou de uma resposta para outra” ou “Talvez Pedro não esteja entendendo as expressões que usa e ouve”. Com efeito, se apenas uma dessas quatro situações que listamos ocorresse, já acharíamos estranho atribuir a Pedro um entendimento dos seus proferimentos iniciais, a saber, ‘A caneta preta’ e ‘Apenas esta’. Então, se considerarmos que todas essas situações ocorressem e a elas acrescentássemos mais outras tantas, no mesmo espírito (e em todas Pedro não conseguisse exibir pelo comportamento verbal e não verbal que se refere a um e ao mesmo objeto como o mesmo objeto), é certo que não faria sentido dizer que ele entendeu o uso inicial que fez dos termos singulares. Ele não seria creditado como entendendo o termo singular, pois seria errado descrevê-lo como possuindo um “saber” que equivalesse, implicitamente, a entender a resposta à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”.

Observemos que, no experimento de pensamento – a situação dialógica de nosso segundo argumento - submeteremos o opositor a uma situação similar a esse último exemplo, não apenas o interlocutor quer entender (a) qual é o objeto referido pelo opositor, como também (b) o opositor, ele mesmo, deve entender o que faz. Isso está contido no pedido inicial de que o opositor indique algo de determinado para *si mesmo* e para *um outro*. Há uma série de perguntas e respostas que podemos imaginar ocorrendo. A situação dialógica imaginada, na verdade, inclui as mais variadas séries de perguntas possíveis - visto se tratar de um experimento de pensamento. Esse experimento de pensamento, no qual podemos considerar todas as séries de perguntas que acharmos conveniente, é a situação ideal que serve de critério para o que conta como entendimento da referência em questão. Se fosse uma situação dialógica real, por limite de tempo e pela impossibilidade de iniciarmos o diálogo de outras maneiras, só se poderia ter, factualmente, uma série de perguntas e respostas, e a nossa observação, nessa situação dialógica real, serviria, no máximo, como um teste empírico de se o opositor entende ou não. Se fosse um teste empírico, decretar a falha do interlocutor para compreender qual é o objeto que o opositor tem em mente, com uma única série de perguntas, poderia ser apenas uma questão de probabilidade ou razoabilidade. Poderia, sim, ser que o opositor, em algum sentido, tivesse entendimento da referência que faz. Por outro

lado, em nosso experimento de pensamento, estamos exigindo que o opositor *demonstre* – sem dúvida – sua compreensão de que sabe sobre o quê (de quem, de qual) se está falando. Numa situação ordinária real, poderia ser que o seu *indicar algo de determinado para si mesmo e para um outro* seja tal que, em razão do contexto, não fosse necessário perguntar “O que é isto?”, nem “Qual de todos?”. A questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” já estaria respondida para todos os propósitos práticos. Contudo, no experimento de pensamento, nosso interlocutor pode continuar fazendo os mais diversos questionamentos, mesmo que se considerem, nesse contexto, e, para a maioria das situações reais, “O que é isto?” e “Qual de todos?”, respondidas. Nas diversas séries de perguntas e respostas, queremos que o opositor explicita, em cada uma delas, que *se refere sempre a um e ao mesmo objeto*. E essa constante explicitação é nosso critério de que ele sabe qual é o objeto de que se está falando. Admitiremos como critério do que é possuir uma Ideia e qual é essa Ideia o comportamento público, incluindo disposições de comportamento verbal e não verbal, que, de fato, fala-se e o que poderia ser resposta durante uma conversa e interação. (*Uma ressalva*: ao escrevermos isso, não estamos nos comprometendo com a tese de que ter uma certa Ideia de um objeto seja apenas – reduza-se totalmente a – possuir disposições para certas ações verbais e não verbais. Estamos apenas chamando a atenção para a existência de *critérios públicos* ao *entendimento* da referência determinada).

4.3.4

Considerações acerca das etapas iniciais do segundo argumento

Como o passo [i] da *Seção 4.2* descreve, aguardamos que o opositor ou adversário se refira, demonstrativamente, a um objeto nos arredores. A referência *demonstrativa* envolve o ato de ostensão, que geralmente é apontar o dedo para o objeto que se quer indicar, juntamente com o proferimento de um demonstrativo – e.g. ‘Isto’ ou ‘Aquilo’. A exigência é que essa referência demonstrativa seja uma referência *determinada* e *cognitiva*. Já tivemos oportunidade de esclarecer o que entendemos por “referência determinada” (veja início da *Seção 4.3*). Contudo, ainda, não tivemos oportunidade de explicar o significado que damos ao termo “cognitiva” em “referência *cognitiva* determinada”. Tenhamos em mente, por enquanto, que, por definição, uma das características que estipulamos que

referência *cognitiva* determinada tenha é que a referência determinada seja feita com *entendimento*.

A etapa (α), isto é, os passos [i] a [iv] de nosso argumento constituem a etapa principal, pois estamos querendo elucidar que a identificação de um objeto concreto, em específico, não pode ser feita, por exemplo, apenas apontando para o objeto dizendo ‘Isto’ sem um contexto e outras habilidades cognitivas. É indispensável que aquele que usa uma expressão demonstrativa, e.g. ‘Isto’, com *entendimento*, ao se distanciar do objeto, ou, quando o objeto muda de posição, seja capaz de *entender* o uso de uma expressão dêitica adequada como ‘Aquilo’. Se o falante entende qual é o coelho a que quis fazer referência, ele deveria ser capaz de se referir *ao mesmo coelho*, caso ele estivesse perto, como ‘Isto’ (sempre apontando para a direção adequada) e, caso estivesse mais afastado, como ‘Aquilo’. Essa classe de termos singulares demonstrativos é de tal natureza que esses termos não podem ser usados para se referir a (estar por objetos), em isolamento e, com isso, queremos dizer: termos singulares como ‘Isto’ pressupõem, para que sejam empregados com entendimento do que se faz, a possibilidade de substituição por termos singulares de outros tipos. Assim, [iv] “toda demonstração ostensiva é essencialmente dependente de um sistema complexo que inclui outras possíveis demonstrações ostensivas, similares e contrastantes”. (Um fato análogo ocorre com termos como ‘na frente’, ‘atrás’, ‘à direita’, ‘à esquerda’, ‘acima’ e ‘embaixo’, entre outros. Alguém que seja creditado como entendendo o uso de um desses termos deve entender o outro. Se alguém indica a direção de uma loja como sendo ‘à minha direita’, deve ser capaz de, após ficar de costas, indicar e entender o mesmo lugar como sendo à sua esquerda.) Para que o proferimento de ‘Isto’ junto com o gesto de ostensão seja entendido como se referindo determinadamente a algo, deve-se simultaneamente entender ter uma boa sugestão da classe de objetos a que está querendo se referir. Imaginemos que, para o local onde se aponta, haja tanto um coelho quanto uma pedra e uma folha seca. Se é entendido que se quer indicar uma pedra e não um coelho, entenderemos a pedra como aquele objeto ao qual se faz referência. Se é pressuposto que o que se quer indicar é um particular da classe das folhas, entenderemos *o mesmo gesto e proferimento* como indicando a folha e não a pedra, nem o coelho. Tenhamos em mente uma condição necessária da *referência determinada*, nesta situação de diálogo: ela só ocorre se uma expressão linguística é utilizada pelo falante com o intuito de que o ouvinte seja capaz de identificar o

único referente da expressão linguística.¹¹ Mesmo que haja apenas um único coelho, no local apontado pelo falante, se o ouvinte entende que a classe de objetos, para qual se quer apontar, são *patas* de coelho, o ouvinte entenderia que o falante indica uma certa pata de coelho e não o coelho. Isso é parte do que dissemos em [iii], quando afirmamos que toda “referência demonstrativa é determinada, em virtude de ocupar um lugar num sistema complexo de possibilidades, um sistema de classificações”.

Poder-se-ia objetar: “Em muitas situações normais, alguém profere apenas a expressão ‘Isto’ e todos já entendem perfeitamente qual é o objeto indicado”. Isso não é de todo verdade, pois o proferimento de ‘Isto’ vem acompanhado de um gesto de apontar o dedo para um objeto ou um leve indicar com a cabeça ou mesmo a ação de olhar na direção do objeto em questão. A objeção, logo seria a: “Em muitas situações normais, pessoas proferem apenas a expressão ‘Isto’ acompanhada de algum gesto de ostensão e ponto final, portanto não é verdade que nenhuma demonstração ostensiva seja ‘um puro isto’”. Responderemos de três modos. *Primeira resposta:* não podemos esquecer que, em tais situações ordinárias, os sujeitos envolvidos possuem uma série de habilidades e saberes implícitos. Por exemplo, se estamos num jantar, sentados diante de uma mesa com várias bebidas de diferentes marcas e nosso copo está vazio, podemos responder à pergunta do que queremos com um simples ‘Isto’, apontando para a direção de uma das garrafas. Ninguém, nesse contexto normal, irá ter dúvida de que se quer indicar um certo líquido que está contido em determinada garrafa. Mas, por que o anfitrião não entende coisas como “ele se refere à etiqueta colada no exterior daquela garrafa” ou “ele quer o casco de vidro” ou “ele quer aquela taça vazia atrás da garrafa”? Ou mesmo que se entenda “ele deve estar querendo me ensinar que aquela garrafa é um exemplo do que os americanos chamam de ‘bottle’, que interessante...”? A resposta, evidentemente, é que, nesta situação, as pessoas já têm um excelente domínio da linguagem e já passaram por eventos sociais semelhantes, muitas vezes, na vida de tal maneira que reconhecem imediatamente, *neste contexto* em que estão, que o que queremos indicar com ‘Isto’ é que queremos beber do líquido da primeira garrafa que está na direção apontada, a primeira garrafa interceptada pela linha reta imaginária que parte de nosso dedo indicador. Num contexto distinto, seria

¹¹ Observamos, nesta ótica, a relevância do conceito de referência identificadora que viemos sinalizando, em notas de rodapé, desde de a *Seção 4.1*.

entendido que estamos indicando a taça que estava na mesma direção, logo atrás da garrafa. Especifiquemos um contexto para esse último exemplo. Estamos ao fim do jantar e queremos lavar a louça suja, o mesmo ‘Isto’ proferido com o mesmo gesto de indicar, para a mesma direção, seria entendido, nesse outro contexto, como fazendo referência à taça vazia e suja por detrás da garrafa translúcida que, suponhamos, está cheia e lacrada. Assim, o uso do demonstrativo ‘Isto’ não é independente de uma série de habilidades cognitivas e do entendimento do contexto. Entender a referência demonstrativa como determinada dependeu, nos exemplos citados, da escolha de qual garrafa queremos beber ou qual taça queremos levar para a cozinha, de uma maestria considerável da linguagem, de conhecimentos implícitos incluindo a capacidade de se ter boas opiniões do que o outro quer dizer.

Segunda resposta: em certo contexto, as pessoas poderiam, sim, entender que estávamos querendo indicar o casco de vidro; num outro, que indicamos para o que serve aquele casco de vidro; outro, que indicamos o tom do azul exterior da garrafa; em outro, o seu formato; em um outro, a etiqueta colada no seu exterior. Não é difícil descrever uma situação normal para cada um desses exemplos. Então, o que faz que, em cada um desses exemplos, nessas situações, entendamos a qual é o único objeto referido? O que faz que se entenda a demonstração ostensiva como, em um momento, referindo-se àquele casco de vidro particular, em outro, à etiqueta de papel ou à sua superfície polida? Em cada caso, estamos implicitamente entendendo pela situação, em que nos encontramos, pelo que foi dito antes, por nossa memória de conversas semelhantes com aquelas pessoas, pelo contexto, que, em um caso, estamos indicando qual é a cor, em outro, o formato, em outro estamos respondendo a uma questão sobre conservação de bebidas, em outro, o papel que queremos retirar da mesa. Ou seja, a referência demonstrativa, desse modo, é entendida como sendo *determinada*, porque a entendemos, em um certo sistema de classificações (estamos classificando cores, indicando formatos, posições, estamos respondendo a questões relativas à função de artefatos etc.). É por certos conhecimentos implícitos e explícitos que o anfitrião, em um instante, entende que estamos a falar de tipos de líquidos e, em outra, de taças de vidro sujas. Independente de um sistema classificatório ou categorial, sem ter uma boa sugestão sobre que *tipos* de objetos queremos indicar, o anfitrião não entenderia nossa referência como determinada. Em outros termos: “O objeto-alvo da demonstração ostensiva é um objeto determinado apenas à medida que ele é localizado em um

sistema de objetos semelhantes...”, [iii], *Seção 4.2. Terceira resposta*: mesmo em situações normais, quando pessoas proferem apenas a expressão ‘Isto’, acompanhada de algum gesto de ostensão e ponto final, não é certo que se entenda a qual é o único objeto referido sem equívoco. Muitas vezes, em situações completamente ordinárias, é necessário que se pergunte “Qual das garrafas?”, “Esta ou aquela?” ou “Você diz a garrafa ou a taça?”. Às vezes, Gustavo diz ‘Isto₁’ e, sem perguntar nada, temos logo uma opinião sobre qual objeto é o alvo da demonstração ostensiva, e.g. pegando o objeto da prateleira, para imediatamente sermos corrigidos por Gustavo, que diz “Não é isto₂ que quero, é aquele₃ outro”. Aproveitamos esse último exemplo da terceira resposta para observar como o uso com entendimento de termos singulares demonstrativos não é feito em isolamento do entendimento de outros demonstrativos. Para que o diálogo seja compreendido, o ‘aquele₃’ - de “Não é isto₂ que quero, é aquele₃ outro” de Gustavo - deve ser entendido como indicando *o mesmo* objeto a que, anteriormente, tinha sido referido com o seu primeiro ‘Isto₁’. Já com o segundo proferimento de ‘isto₂’, devemos entender que Gustavo tinha um objeto em mente *diferente* daquele que tinha com seu primeiro proferimento de ‘Isto₁’.

4.3.5

Identificação, especificação e identificação fundamental

A última seção (4.3.4) é a mais importante de toda a etapa (α). Para reforçar e suplementar os resultados nela obtidos, pormenorizaremos: (a) o que entendemos pelos termos ‘identificação’, ‘identificação fundamental’ e ‘especificação’; e (b) o que acreditamos serem algumas condições necessárias para que um sujeito identifique (especifique, individue) *um* objeto concreto. Nesta seção, elucidaremos a noção de *identificação* – a principal noção de nosso segundo argumento.

De maneira preliminar, constatemos a significação desse termo como ele é utilizado em linguagem corrente. ‘Identificação’ é (1) “o ato ou efeito de identificar” ou (2) “é o reconhecimento duma coisa ou dum indivíduo como ele próprio”. E alguns dos sentidos de ‘identificar’ são (1) “determinar a identidade de” e (2) “determinar a classificação taxionômica de”. Esse termo ‘identidade’, no primeiro sentido que listamos de ‘identificar’, pode ser entendido de dois modos: “conjunto de caracteres próprios e excludentes de uma pessoa” ou “o aspecto coletivo de características pelas quais algo é definitivamente reconhecível, ou

conhecido” (Cf. dicionário *Novo Aurélio Século XXI*). Destaca-se resumindo o fundamental:

(Dicionário Aurélio) *Identificação* é o ato de identificar algo, ou seja, é o ato de determinar o conjunto de caracteres próprios e excludentes desse algo ou o aspecto de características pelas quais esse algo é definitivamente reconhecível ou conhecido.

Essa “definição” do Dicionário Aurélio poderia ser apropriada. Simplesmente assumi-la, porém não serviria a nossos propósitos. Em primeiro lugar, não temos um critério realmente claro para o que seria “definitivamente reconhecer ou conhecer algo”. São exatamente noções epistêmicas como o “entender” o termo singular e o “saber a qual” é o objeto referido que gostaríamos de explicar de maneira não misteriosa. Além disso, não está claro o que faríamos, para determinar esse conjunto de caracteres de algo, de algum objeto, que seriam, ao mesmo tempo, “próprios” e “excludentes”. Mesmo essas noções de próprio e excludente, ainda, precisariam ser explicadas. Em segundo lugar, essa menção a “conjunto de caracteres” e a “aspecto de características” poderia nos dar erroneamente a impressão de que ‘identificar’ seria usado exclusivamente para designar a relação entre predicados (descrições) e um único objeto que satisfaz esses predicados (essas descrições). Em terceiro lugar e este seria nosso maior problema se, simplesmente, assumíssemos essa definição de dicionário: não está claro como a conectaríamos com o que é entender o termo singular. A noção de identificação que buscamos deve ser conectada com o quê é *entender* uma referência determinada, isto é, deveria se seguir de - ou estar relacionada de alguma maneira com - o que é *usar* e *entender* uma expressão linguística para se referir determinadamente a um único particular no mundo.

Uma explicação, que mencionamos anteriormente, na primeira seção deste capítulo, para o conceito de identificação, foi dada por Peter Strawson, no início do seu livro *Individuals* (Strawson, 1959, p. 16):

(Peter Strawson) Podemos dizer, muitas vezes, quando alguém fala mencionando algum particular, que um ouvinte sabe qual é o particular de que se está falando ou que ele entende qual é o objeto em questão, quando

isso ocorre, diremos que o ouvinte foi capaz de *identificar* qual é o particular indicado pelo falante.

Essa explicação de Strawson foi considerada insuficiente por Ernest Tugendhat em seu *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem* (2006). Para Tugendhat, essa caracterização sofre de duas deficiências (Tugendhat, 2006, p. 450). O primeiro problema: quem identifica o objeto, segundo o trecho citado no início do livro *Individuals* é, em primeiro lugar, um ouvinte. O segundo problema: o tema de identificação é abordado apenas num sentido derivado, já que o ouvinte é dito como identificando o objeto, se ele entende qual é o particular indicado (referido) pelo falante. O primeiro problema é um problema para Tugendhat, pois essa caracterização não serve para descrever uma pessoa como sendo capaz de *identificar para si mesma* o objeto, ou seja, numa situação em que alguém, sem falar nada, é capaz de “pensar sobre objetos concretos identificando-os” (ibid., p. 452). Essa primeira “deficiência” não é um grande problema para nós, já que estamos considerando uma situação dialógica. Pelo já comentado, em nosso experimento de pensamento, exige-se que o opositor indique algo de determinado para si mesmo e *para um outro*. O segundo problema apontado merece ser comentado. Realmente seria problemático se o critério do que é para o ouvinte identificar algo é o de que fosse verdadeira a identidade $a = b$, em que a é o objeto a que o ouvinte acha que o falante se refere e b é o objeto referido/indicado pelo falante. Isso pareceria significar que deveríamos, primeiro, poder saber qual é o objeto, de fato, referido pelo falante, o objeto b , para, depois, poder decidir se $a = b$ é verdadeiro ou não. E isso seria problemático, porque pareceria que b (qual é o objeto referido pelo falante) poderia ser determinado independentemente do que o ouvinte fosse capaz de entender, para além de toda a informação que o falante pudesse dar ao ouvinte. Exigimos, em nosso segundo argumento, que o falante (o opositor) faça uma referência a que o ouvinte (interlocutor) entenda como determinada e, além disso, que o falante, na sua interação com o interlocutor, demonstre que, de fato, entende qual é o objeto particular ao qual faz referência demonstrativa determinada (cf. *Seção 4.3.3* acima). Um real inconveniente, no segundo problema apontado por Tugendhat, é que Strawson, na caracterização mencionada, pareceria pressupor uma compreensão prévia do que é, ao falarmos sobre particulares, referir-se a um objeto, o que é esse indicar algo por meio de

expressões linguísticas. Ou seja, o conceito de identificação de Strawson pressuporia a explicação dos termos singulares (Tugendhat, 2006, p. 452). Isto é, precisaríamos ter preliminarmente claro o que queremos dizer com proferir uma expressão para *fazer referência a - representar* ou *está por* ou *indicar* - um único objeto particular. Em nosso texto, a explicação dos termos singulares ocorreu quando nos perguntamos sobre sua função.

Na *Seção 4.3.1*, destacamos que, ao falarmos sobre objetos, e.g. quando usamos frases para descrever particulares, faz sentido dois tipos de perguntas: “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (o de que se diz de alguma coisa) e “O que é que se está falando sobre isto (sobre ele, ela)?” (o que é dito daquele de quem se diz alguma coisa). Concluímos, então, que o termo singular responde à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” (*What/Who/Which one are you talking about?*). Na *Seção 4.3.2*, ensaiamos a explicação: um sujeito que seja creditado como entendendo um termo singular deve possuir um “saber” que equivale a, implicitamente, poder compreender a resposta à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Nessa ótica, estamos aptos a explicar precisamente o que deve estar envolvido neste tipo de “saber implícito”, se, atentarmos ao que seria possuir explicitamente e, de fato, a resposta à questão. Para isso, basta levarmos ao extremo nossa questão guia “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Suponha que alguém possua *de fato* uma resposta à essa questão guia, é certo, assim, que podemos dizer coloquialmente, “ele sabe qual é o objeto de que se fala” e que “ele entende qual é o objeto a que faz referência”. Estipulemos: devemos creditar como tendo *identificado* o objeto alguém que possua uma resposta adequada à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. Ao mesmo tempo, é fornecido um bom critério do que é identificar um objeto. (O que constitui uma “resposta adequada”, ainda, não dissemos. Com certeza, o que constitui uma resposta adequada, neste cenário, pode variar dependendo da classe de objetos com que trabalhamos.) Diremos, ainda, que aquele que a responde “de maneira definitiva” identificou de *maneira fundamental* aquele objeto. Expliquemos o que foi dito, notando que John Searle já havia caracterizado o termo ‘identificação’ como “não pode mais haver qualquer dúvida ou ambiguidade a respeito do que exatamente se está falando” e ele a isso acrescenta “no nível mais baixo, perguntas como ‘Quem?’, ‘O quê?’ ou ‘Qual?’ estão respondidas” (Searle, 1969, p. 85). Tugendhat esclarece como entender essa distinção entre níveis de perguntas. Que

significa esse “no nível mais baixo”? A distinção está entre (a) um nível mais amplo, mais abrangente e (b) um nível mais restrito e preciso de especificação. Segundo Tugendhat, o que diferencia o conceito restrito (b) de identificação da mera (a) especificação vaga é: no último (a), em algum sentido, a pergunta “Qual?” foi respondida; já no primeiro (b), a pergunta é respondida no nível mais baixo. E “no nível mais baixo”, significa que esta questão não precisa ser repetida, não precisa ser recolocada (Tugendhat, 2006, p. 456). Em nosso texto, chamaremos a noção mais estrita de identificação, para evitar qualquer equívoco de “identificação fundamental”.

(John Searle) A *identificação fundamental* ocorre quando não há mais qualquer dúvida ou ambiguidade a respeito do que exatamente está se falando. No nível fundamental, i.e. no nível mais baixo, a pergunta “Sobre o que (de quem, de qual) se está falando?” está respondida. E isso significa: perguntas como “Sobre quem se fala?”, “Sobre qual particular se fala?” ou “Sobre o que se está a falar?” não precisam mais ser repetidas.

Para concluir esta seção, faremos uma série de observações, para clarificar e sintetizar alguns dos pontos precedentes:

(a) Claramente o conceito de identificação faz remissão a um sujeito, pois é um sujeito que *identifica* um objeto.

(b) Consideramos como suficientemente explicado a noção geral e lata de *especificação*. Explicamos e defendemos, na *Seção 4.3.1*, que usamos um termo singular, para “*selecionar ou especificar (picking or singling it out)* determinado particular de uma certa classe”. Seguindo outro texto de Strawson – seu artigo *Singular Terms, Ontology and Identity* de 1959 – chegamos a explicar a função de especificação como sendo “o ato de selecionar (*single out*) um único objeto, separando-o dos outros elementos daquele conjunto”.

(c) Em nosso texto, *Seção 4.3.2*, admitimos que há referência sem que o próprio falante entenda essa função de especificação do termo singular que profere. Como concretamente se dá o entendimento por um sujeito dessa função de especificação, não explicamos em detalhe. Podemos dizer que quem entende um termo singular pensa sobre um objeto, especificando-o de uma certa maneira, ou melhor, compreende a função de especificação própria daquele termo. (Se uma

japonesa trata a expressão ‘O cão mais velho da cidade’ como sendo um nome próprio de um determinado cão, ela não *entende* a função de especificação que é própria da descrição definida na língua portuguesa. Alguém que entende o modo de especificação de certo termo singular demonstrativo entende a função de selecionar própria desse termo). Chegamos a caracterizar esse “entendimento” da função de especificação, como o possuir um certo saber implícito, uma habilidade, viz. um “saber” que equivalesse implicitamente a poder compreender a resposta à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?”. É o que chamamos de possuir uma *Idea* do objeto. Esse é o sentido mais amplo, mais abrangente de o que é entender o uso de um termo singular. Decerto ela é uma posição imprecisa. E o que seria esse “implicitamente poder compreender uma resposta” foi deixado propositalmente vago.

(d) Devemos a Searle uma caracterização do que é identificação fundamental¹² que nos permitirá explicar melhor o “entendimento” da função de especificação. Diremos que alguém *identificou* um objeto, se ele é capaz de entender a identificação fundamental desse objeto. Um sujeito que identifica um objeto, ao ser apresentado com a identificação fundamental daquele objeto, deve poder reconhecer que se trata *do mesmo* objeto que havia identificado. Em suma, tendo uma noção nítida do que é identificação fundamental, conseguimos explicar, claramente, a noção lata de identificação: um sujeito, tendo identificado certo objeto, é capaz de, depois, identificar de maneira fundamental o mesmo objeto *como* sendo o mesmo objeto que havia identificado antes.

(e) Introduzindo nomenclaturas: um sujeito possui uma *Ideia adequada* do objeto se ele o identifica; e, se ele o identifica de maneira fundamental, diremos que ele possui uma *Ideia fundamental* daquele objeto.¹³ (Claramente, toda *Ideia fundamental* é também uma *Ideia adequada*.) Logo, pelo ponto (d), o que chamamos de “*Ideias adequadas*” (mas não fundamentais) fazem remissão a *Ideias*

¹² John Searle apenas usa o termo ‘identificação’ (Searle, 1969, p. 85). Somos nós que estamos introduzindo a terminologia ‘identificação fundamental’ para designar algo que nos foi inspirado pelo texto de Searle. A escolha do termo ‘identificação fundamental’ é inspirada em Gareth Evans (Evans, 1982). Se nosso uso dessa última expressão é ou não um uso que Evans aprovaria não é relevante para o argumento.

¹³ O uso que fazemos de ‘*Ideia fundamental*’ é diferente, menos exigente que, mas, talvez, compatível com o uso que Gareth Evans faz do termo, o primeiro a introduzir essa expressão (Evans, 1982).

fundamentais – no sentido de que há a necessidade, por parte do sujeito, de entender como idênticos objetos pensados por Ideias distintas.

(f) No seu artigo de 1956, Strawson denominou de “identificação” (o que nós traduzimos como “especificação”) a função de “identificar” um objeto como um elemento *particular* de um conjunto, a saber, o especificar um único objeto de uma classe (Strawson, 1956, p. 348). Claramente, como aponta Tugendhat (Tugendhat, 2006, p. 454), esse uso do termo de ‘identificar’ é diferente do uso que o mesmo autor fez de ‘identificar’ na citação da página 16 de *Individuals*. Nesse caso, temos o conceito de identificação no sentido de “identificação-ouvinte-falante” (ibid., p. 454); naquele outro, o conceito de identificação corresponde à ação de “destacar e indicar qual, dentre todas as coisas, é aquela que é classificada pela expressão predicativa complementadora”, ou seja, corresponde ao que chamamos de identificação fundamental.

(g) Para resumir, ao usar um termo singular, entendemos que é uma expressão linguística que indica *o que é* que pode ser classificado por meio de um predicado. Em poucas palavras e sem muito rigor: podemos aqui entender esse “o que é” como (1) especificação no sentido mais amplo; como (2) “qual objeto”, no conceito mais restrito de especificação *qua* identificação; ou ainda como (3) “qual de todos os objetos”, especificação *qua* identificação fundamental.

4.3.6

Sortais e identificação de objetos materiais

Retornemos à situação dialógica de nosso argumento. O opositor aponta para uma certa região no espaço. O interlocutor quer entender qual é exatamente o objeto concreto a que o opositor faz referência. Exemplos de objetos concretos são os objetos comuns à nossa volta como cadeiras, livros, pedras, folhas, homens e coelhos. Escolhemos denominá-los por “objetos concretos”, para contrastá-los com números e proposições que, em geral, são denominados de objetos *abstratos*. Objetos concretos são objetos da nossa experiência ordinária, objetos que podem ser conhecidos pela percepção, i.e. objetos que podem vir a ser conhecidos pelos sentidos como a visão e o tato. Digamos que a região apontada com um ‘Isto’ abarque, pelo menos, três objetos concretos: (a) uma pedra, (b) uma folha seca e (c) um coelho. Talvez aqui o interlocutor faça uma sugestão sobre que *tipos* de objetos concretos se quer indicar: o opositor quer indicar coelhos. O interlocutor poderia,

para se certificar, perguntar “O que é isto?”. Talvez o opositor, que está sendo testado, consiga responder “Um coelho”. Se o opositor for capaz de fazer isso, o interlocutor já pode considerar que o único objeto da referência é aquele coelho *c* (na região apontada, só havia um coelho, o coelho *c*) e passaria a questionar o opositor e observá-lo para garantir que o opositor *entendeu* a referência determinada. (Caso o opositor não seja capaz de explicitamente dizer “Coelho”, o interlocutor passaria a questioná-lo de outras formas, para confirmar sua opinião de que é um coelho aquilo o que o opositor entende). Obviamente, se é aquele coelho *c* a que o opositor quis fazer referência, ele deve entender que *uma parte* daquele coelho (e.g. uma de suas patas) não é o coelho *c*. Ele também deve entender que, quando o coelho *c* está ao lado de vários outros coelhos, eles todos não viram um único grande coelho, mas que agora há vários (talvez três ou cinco) coelhos. Antes de melhorar nossa explicação, exemplifiquemos o que não seria uma boa suspeita por parte do interlocutor (uma boa suposição sobre que *tipos* de objetos se quer indicar) ou o que não seria uma boa resposta, por parte do opositor, a questão “O que é isto?”.

Voltando ao início de nosso exemplo - o opositor fez um gesto de ostensão dizendo “Isto”, na direção de três objetos e o interlocutor pergunta “O que é isto?” - se o opositor tivesse respondido “Branco”, teríamos uma resposta inadequada. (Caso o opositor não tivesse condições de dizer explicitamente “Branco”, pois talvez lhe falte esse vocabulário, também, não seria uma boa hipótese por parte do interlocutor ao supor o tipo de objeto a que ele quer se referir seja a cor branca). Primeiramente, a referência deveria ser a um objeto concreto e uma cor ou tonalidade de cor, talvez, são qualidades ou características perceptíveis de objetos concretos, mas não objetos concretos em si. Em segundo lugar e é o que devemos notar por enquanto: se o palpite é que seja a *brancura* em si aquilo a que opositor quer se referir, não saberíamos como diferenciar se, em tal local apontado, há uma brancura em vez de quatro. Observa-se que uma parte de uma superfície branca, ainda, é branca. E se juntamos três objetos brancos, não temos “três brancos”, mas, sim, uma região branca mais extensa.

O elemento mais importante ressaltado, por meio desses primeiros exemplos, é a necessidade de se pressupor um método ou um princípio para distinguir e contarmos certos indivíduos. Se a atenta consideração desses exemplos

não parece suficiente, explicaremos, nos próximos dois parágrafos, que, em realidade, estão inter-relacionados – o que vem depois ratificando o que vem antes.

Primeiro: a necessidade de podermos *distinguir* o objeto. Dada a *Seção 4.3.1* de nosso texto, usamos um termo singular, em frases predicativas singulares, para selecionar qual é aquele objeto do qual o termo geral é predicado. Esse “qual é” já indica que envolve uma multiplicidade de objetos. Essa multiplicidade é pressuposta, já que não teria sentido selecionar de qual objeto estamos a falar se só existisse um único objeto ou se apenas fosse possível falar sobre um único objeto. Um dos motivos de usarmos termos singulares é para evitar equívocos sobre qual é, *dentre vários*, o objeto que queremos indicar. Essa identificação pode carecer, ainda, de precisão, podendo chegar a ser necessário responder qual dentre todos os objetos é aquele (como exige a *Seção 4.3.5*). O fato que torna *possível* a um sujeito *identificar* o objeto particular nessa totalidade pressupõe que esse sujeito possua uma habilidade, uma capacidade para tal. Alguém com essa habilidade é capaz de *diferenciar* o objeto particular de todos os demais objetos, de todas as demais coisas. Se ele confunde esse objeto com outros ou não consegue, em princípio, diferenciá-lo de outros objetos semelhantes, ele não entende qual é o objeto em questão.

Segundo: necessidade de saber que estamos nos referindo a *um único* objeto. Uma condição necessária, para que ocorra a referência determinada, conforme a *Seção 4.3*, é que se refira a *um* objeto e não se fique em dúvida entre dois, nem entre três. É necessário que se entenda quais posições (ou lugares espaciais) se pode apontar, para que ainda se esteja apontando para o objeto, i.e. deve-se entender o que faz parte do único objeto que é alvo da referência demonstrativa. Se alguém está disposto a apontar qualquer uma das quatro patas de um certo coelho, dando a entender que se trata do mesmo objeto, o objeto – se é *um* objeto que ele tem em mente – pode ser o coelho, mas não uma única pata de coelho. Se alguém supostamente tem em mente um único coelho, ele não pode apontar (indiscriminadamente) para qualquer um de outros animais, em certa região, como se fossem o mesmo coelho, e.g. quando este coelho está perto de outros animais, talvez dormindo de maneira adjacente a vários coelhos. Se ele não demonstra saber “quais posições se pode apontar, para que ainda se esteja apontando para o objeto”, então, ele não entende o que é falar de um (único) objeto e, desta maneira, ele também não sabe o que é se referir determinadamente. Se um sujeito não tem essa

habilidade de entender onde um objeto termina e outro começa, significa que ele não tem uma habilidade de “fazer distinção ou diferenciar” objetos daquele tipo. Vemos a necessidade de “um método ou um princípio” que permita fixar a atenção a *um* objeto de um certo tipo e diferenciá-lo de outros objetos daquele mesmo tipo. Isso é uma condição necessária, para o entendimento de quantos (um, vários ou nenhum) objetos de um certo tipo existem, num certo local espacial, em certo intervalo de tempo.

Para que se entenda uma referência demonstrativa determinada, não basta saber qual é a região espacial apontada pelo falante. Baseado em David Wiggins, cf. o artigo *On Being in the Same Place at the Same Time*, exporemos o exemplo da estátua de barro. Imaginemo-nos diante de uma determinada estátua feita de barro. Observamos que um determinado pedaço e quantidade de barro é o material de que é feita aquela estátua. A estátua e o pedaço de barro ocupam, ao mesmo tempo, o mesmo lugar no espaço. Consideremos duas situações possíveis: (a) a estátua sofre uma avaria, perdendo algumas de suas partes, o artista a restaura, utilizando outro material, para reconstruir ou emendar as partes quebradas; (b) a estátua é molhada e perde sua forma, ela fica úmida até virar um amontoado de barro sem nenhum contorno definido. No primeiro caso (a), diríamos que a mesma estátua permanece, mas já não é o mesmo pedaço de barro que está ocupando aquele lugar no espaço. No segundo caso (b), diríamos que a estatua foi destruída, mas que aquele mesmo pedaço de barro ainda se encontra ali. É nesse espírito, considerando essas possíveis situações, que David Wiggins argumentaria que a estátua e o pedaço de barro são duas “coisas” diferentes (Wiggins, 2017, pp. 33-38). Corroborando com essa conclusão, propomos que se considere o exemplo: suponhamos que se refira com um ‘Isto’, para a região no espaço, em que se encontram tanto a estátua quando o pedaço de barro. Se nos perguntarmos: “Quem fez, fabricou, criou isto?” (ou “De onde veio isto?”), a resposta pode variar se com ‘Isto’ se entende a estátua à nossa frente ou o pedaço de barro que ocupa o mesmo espaço. Poderia ser que João tenha produzido o barro, em sua fábrica de argilas e o escultor da estátua tenha sido Pedro, em seu ateliê. Em outras palavras, *Isto é obra de João* tem condições de verdade distintas, se entendemos *Isto* como se referindo à estátua ou se entendermos *Isto* como se referindo àquele pedaço de barro. A estátua foi feita por Pedro; o pedaço de barro, não.

Para contar e distinguirmos objetos concretos como coelhos, não basta que sejamos capazes de delimitar, graças às qualidades que conseguimos perceber, uma fronteira espacial de onde o objeto está e que percebamos essas qualidades seguindo um caminho contínuo.¹⁴ Com efeito, um determinado coelho não só pode mudar de local (andar pelo espaço) ou de posição (estar deitado, em pé ou saltando), como o espaço e volume ocupado por ele pode mudar contínua (enquanto ele cresce) ou repentinamente (quando ele perde uma orelha). As qualidades percebidas, também, podem se modificar de maneira contínua, ao longa da vida (muda de cor quando cresce), ou abrupta (ele se queima tendo a pele totalmente chamuscada). Como entendemos, dadas todas essas mudanças, na vida desse objeto, ele continua sendo o mesmo objeto? Claramente não é pela localização de tudo que podemos perceber (todas as suas características perceptíveis), acrescida da capacidade de se manter em vista um deslocamento contínuo no espaço desse feixe de qualidades perceptíveis. É necessário que se possua um “método ou princípio”, para diferenciar e contar coelhos, para darmos sentido a essas diversas fases temporais da vida deste objeto. Para reforçar nosso caso, consideremos mais uma observação. Haverá um momento em que esse coelho não mais existirá, ele estará morto e seu corpo jazerá na grama. Se o objeto a que está sendo referido é um coelho, não se poderá tratar um cadáver em decomposição como sendo o mesmo objeto, apesar de haver um caminho contínuo de configurações espaciais (de muitas qualidades perceptíveis) entre o coelho e seu cadáver. David Wiggins nos incita a perguntar (Wiggins, 2017, p. 13): se alguém insiste em identificar o cadáver do coelho como o coelho, podemos continuar a observar o que acontecerá com as partes que compõem o cadáver e nos perguntar, até quando esse alguém insistirá em identificar por continuidade e contiguidade (de qualidades percebidas) esse material com o coelho? A mera observação da continuidade espaço-temporal é incapaz de oferecer qualquer princípio ou método de resposta.

¹⁴ Antes de mais nada, façamos a ressalva: o “método ou princípio” que usamos, para distinguir e contar muitos tipos de objetos, nem faz referência a uma fronteira *espacial* absolutamente precisa. Podemos fazer referência determinada a *uma pata de coelho*, sem sermos capazes de delimitar, espacialmente, de maneira precisa, onde a pata termina – podemos dizer algo como “ela termina na articulação tal”, mas ainda assim a fronteira de onde começa e termina aquela articulação é vaga. Podemos nos referir determinadamente a *uma montanha*, sem termos exatamente delimitado suas fronteiras espaciais – o limite de onde termina a base da montanha e começa o solo, que já não faz parte da montanha, permanece, para nós, vago.

Aproveitemos os exemplos dos últimos dois parágrafos, para observarmos, o que queremos dizer com a “necessidade de saber que estamos nos referindo a *um único* objeto” é uma necessidade de entender se há um objeto particular (em vez de nenhum ou vários) em certo local espacial e em certo *intervalo* de tempo. Voltemos ao exemplo da estátua de barro que, ao ser molhada, perde todo o seu contorno, tornando-se um amontoado de barro. O mesmo *um* objeto está presente no início e no fim do intervalo de tempo considerado? A resposta é: depende. Se o “método ou princípio” – que permite “o entendimento de quantos (um, vários ou nenhum) objetos de um certo tipo existem, num certo local espacial, em certo intervalo de tempo” – é um método de contagem de estátuas ou de pedaços de barro. Pedaços de barro sobrevivem a mudanças bruscas de formato, mas o mesmo pedaço de barro desaparece, se retirarmos ou destruirmos uma quantidade considerável de sua massa. Estátuas são tipos de coisas que sobrevivem a certas mudanças (ter cada uma de suas partes substituídas, uma a uma, ao longo do tempo) e desaparecem dadas certas outras mudanças (se perdem totalmente sua forma, por derretimento de seu material). O pedaço de barro sobreviveu à chuva; a estátua, não. Nos exemplos do coelho que morre ou do coelho que apenas tem a pele totalmente chamuscada, também, podemos nos perguntar: o mesmo *um* objeto está presente no início e no fim do intervalo de tempo considerado? A resposta também dependerá, por exemplo, se estamos nos referindo ao coelho ou àquela pele de coelho. Objetos do tipo coelho sobrevivem a certas mudanças (e.g. podem até sobreviver, por um tempo, mesmo com sua pele completamente queimada), surgem (nascem) e desaparecem (morrem) e tendem a se comportar de certa maneira. Em contraste, objetos do tipo pele conseguem sobreviver a outros tipos de mudança, comportam-se de outra maneira etc.

Dissemos que o elemento importante a ser destacado aqui é a necessidade de um método ou um princípio para distinguirmos e contarmos indivíduos particulares. Em detalhe: para cada tipo de objeto, deve existir um método ou princípio que diferencie um objeto daquele tipo de todos os outros objetos daquele tipo, permitindo, assim, uma compreensão geral do que é, em uma região espaço-temporal delimitada, existir *um* objeto daquele tipo em vez de *vários* ou *nenhum*. Poder-se-ia se estranhar a inclusão desse “para cada *tipo* de objetos”. Por que seria necessária essa restrição? Porque, como ilustram exemplos desta seção, não há um

método e princípio que sejam os mesmos para homens, coelhos, estátuas, peles de coelhos etc.

Para terminar a seção, listaremos uma série de elucidações, em forma de perguntas e respostas.

(a) Por que pedimos uma resposta à pergunta “O que é isto?”, que nos informe a categoria/tipo do objeto? Para a determinação da referência, para que haja referência demonstrativa determinada. Sem um sistema classificatório ou categorial, i.e. sem ter uma boa hipótese sobre que *tipos* de objetos queremos indicar, o interlocutor não entenderia a referência como determinada.¹⁵

(b) Não há dificuldade, poder-se-ia objetar, em se manter em vista (se observar sem perder de vista) um objeto concreto, sem fazer nenhuma pressuposição de que tipo de coisa ele é. Isso tem de ser possível, continua a objeção, pois, como poderíamos saber do que perguntar “o que é isto?”. Nossa resposta curta é: nosso argumento pede que seja feita referência para que um *outro* seja capaz de entender dentro de uma *situação dialógica*.

(c) Uma outra objeção poderia ter a forma: posso *entender* a referência como determinada, sem saber o tipo do objeto, e.g. em uma situação real e ordinária, pergunto de um objeto distante “Isto é um pássaro? Ou isto é um avião?”. Resposta: no exemplo em questão, pressupõe-se que o objeto é de algum um tipo *G*, mas não se sabe ainda de qual. E lembramos que identificar remete à identificação fundamental. A *identificação fundamental* ocorre, quando não há mais qualquer dúvida ou ambiguidade, a respeito de o quê (de qual objeto) exatamente está se falando. É apenas no nível fundamental que exigimos que se entenda o tipo do objeto.

(d) Uma terceira objeção seria: poderíamos pensar no objeto, por meio de descrições definidas, que não envolvam o tipo do objeto. Resposta curta: exigimos uma referência *demonstrativa* cognitiva *vis-à-vis* ao objeto. Sugerimos, ainda: se não podemos saber de que tipo de coisa estamos falando, não há como saber se a descrição definida é satisfeita por um único objeto, por vários objetos ou por

¹⁵ Ressaltamos que isto é válido para situação dialógica que descrevemos, ou seja, é válido para contextos em que é exigido do opositor não só que faça referência a um objeto particular como também que ele entenda sua própria referência e que o ouvinte, no caso o interlocutor, possa identificar o objeto referido com base no ato de referência do opositor. Admitimos que fora dessa situação e contexto especial, o que defendemos nesta seção, em especial o que resumimos no ponto (a), pode não ser válido ou, se for, pelo menos, exigira uma análise igualmente cuidadosa que não fornecemos.

nenhum. Quanto a objetos concretos perceptíveis, se não é *possível* entender a localização espaço-temporal do objeto e descobrir de que tipo de coisa estamos falando, não estamos falando de uma identificação.

(e) Introduzindo nomenclatura: o método ou princípio de contar e distinguir *G*s é o que chamaremos de *sortal G* ou de “predicado sortal *G*”. “Saber que tipo de coisa o objeto é” é entender ou possuir o “método ou princípio de contagem e distinção” de objetos daquele tipo. Essa terminologia se encontra na segunda metade do livro *Individuals* (Strawson, 1959, pp. 168-9). Não nos decidiremos se sortais são predicados, se são universais ou se são conceitos. Também não nos comprometeremos se correspondem ou não à natureza das coisas. David Wiggins explica, assim, o que entende por “apreender” sortais: “qualquer especificação (*picking*) de uma coisa e acompanhamento de seu deslocamento espaço-temporal é parte e parcela do enxergar essa uma coisa como possuindo maneiras específicas de se comportar que precisam ser descobertas gradualmente” e, assim, que alguém entende uma coisa dessa maneira, ele já está no caminho de entender a coisa como sendo de um tipo (sortal) ou de outro, e apreender um sortal é entender que “certa classe de coisas tende a se mover e se comportar de maneiras específicas, é gerada de maneira específica, sobrevive a certos tipos de mudança, pode ser qualificada de certas maneiras específicas e tende a perecer de certas maneiras específicas...” (Wiggins, 2017, p. 202).

4.4

Como essas reflexões se relacionam com o PNC?

Seguindo nossa estratégia, que não é a de demonstrar o PNC, a partir de algo mais fundamental, que não o pressuponha, mas, sim, a de entender mais claramente algo que já entendemos, nosso objetivo é (a) explicitar em que nossa prática ordinária de indicar objetos aceita-se tacitamente o PNC e (b) descrever o preço que se pagaria se não o aceitássemos. Tentamos considerar sempre concepções pré-teóricas do que é falar sobre objetos e atribuir-lhes propriedades. As elucidações das seções 4.3.4 e 4.3.6 são partes importantes de nosso segundo argumento, em defesa do PNC, pois nelas é possível nos lembrar do uso ou aceitação tácita do princípio ou de instâncias do princípio para a determinação da referência. Esta seção 4.4 tem como objetivo mostrar como as reflexões das seções precedentes se relacionam com a defesa do PNC. A seção tem início com uma recapitulação

seletiva das seções 4.3.4 e 4.3.6 e termina com quatro exemplos. Na recapitulação seletiva, descrevemos melhor o que entendemos por “cognitiva”, em “referência determinada cognitiva” e indicaremos em que, no segundo argumento, aceitam-se ou se utilizam instâncias do PNC. Nos exemplos, narramos possíveis objeções de opositores que usam a linguagem um pouco mais afastada do uso ordinário, objeções dadas em situações dialógicas um pouco mais filosóficas, por exemplo.

Atentamos, para a situação dialógica, um experimento de pensamento ideal, para entender uma variedade de referência, a referência demonstrativa. Mais especificamente, a referência demonstrativa a objetos materiais que estamos a observar diretamente. Devemos imaginar que, nessa referência demonstrativa, estamos diante do objeto, estamos em sua presença e em direto contato perceptivo, “face a face”, vis-à-vis. (Para explicar isso, é suficiente notar, intuitivamente, a diferença ao que é necessário para entender as frases (a) *Alguns coelhos são marrons*, (b) *Existem coelhos marrons*, (c) *O coelho mais velho do mundo é marrom* e (d) *Este coelho é marrom* – apenas, para a compreensão da última frase, aparece como preeminente alguma referência vis-à-vis.) Aguardamos que o opositor faça uma tal referência e exigimos que ela seja determinada e cognitiva, ou seja, que ele se refira a um único objeto com entendimento. O opositor quer ser entendido e o interlocutor quer determinar se o opositor entende o que fala. Esse entendimento que denominamos “cognitivo” é tal que pressupõe o que chamamos de *identificação*, que, por sua vez, torna o sujeito capaz de identificar de maneira fundamental o mesmo objeto *como* sendo o mesmo objeto que havia identificado.

Como exposto na *Seção 4.3.4*, mesmo que nosso opositor apenas aponte para certo local proferindo ‘Isto’, nós não podemos simplesmente assumir que tudo o que pode se dizer sobre o objeto a que ele quer se referir é que ele é “um isto”. Se tudo que, em princípio, pudéssemos assumir sobre o objeto é que ele é “isto” e ponto final, se não conseguíssemos articular de nenhuma maneira mais específica que objeto é este, nós não entenderíamos a qual é o exato (um) objeto referido. Poder-se-ia entender que se quer indicar (a) uma das categorias perceptíveis como cor e odor, (b) um objeto concreto ou (c) outros aspectos de objetos (estar em movimento, estar de cabeça para baixo), entre outros. A afirmação de que o objeto é “um puro isto” é cognitivamente tão geral e abstrata que não permitiria que a referência fosse interpretada como *determinada*. Mas, se compreendemos a referência como determinada, já estamos compreendendo que o ‘Isto’ se refere a

uma determinada classe: (a) propriedades perceptíveis ou (b) objetos concretos ou (c) outros aspetos de objetos materiais (estar em pé ou deitado, em repouso ou movimento), etc. Mais especificamente, se compreendemos a referência como determinada, já compreendemos *Isto* como pertencendo a uma dessas classes, mas não simultaneamente a duas ou mais. Ou seja, compreendemos *Isto* como pertencendo a uma, e apenas uma dessas classes. Entender as classes como mutualmente excludentes é uma aplicação do PNC. A metáfora é: estamos delimitando o domínio de discurso, um domínio que é delimitado relacionamente, escolhendo-se uma das classes, a qual o suposto objeto referido pertence e *excluindo* as outras.

Apenas compreender que o objeto referido por ‘Isto’ é um objeto concreto não é suficiente para entender a referência como determinada. A última seção, a *Seção 4.3.6*, defende que, ponderando o fato de que conseguimos distinguir (a) estátuas de pedaços de barro e (b) coelhos de peles de coelhos, a mera capacidade de acompanhar a localização, no espaço de um contínuo de qualidades perceptíveis, não é suficiente para referência demonstrativa cognitiva determinada. Se a referência é determinada, o objeto da referência é um único objeto concreto, uma coisa unitária. Como tratamos uma estátua como diferente do pedaço de barro que a compõe? De que maneira consideramos como diferente um coelho de sua pele? (Mesmo a exata delimitação espacial não é suficiente). Entre referências que fazemos, ao longo do tempo, como entendemos que o objeto de antes (Aquele) é o mesmo referido agora (Este)? Como entendemos o segundo objeto como sendo numericamente idêntico ao primeiro? Dentre as várias experiências sensoriais que temos deles, como concebemos que se trata de apresentações sensoriais do mesmo objeto? (Somente notar mudanças qualitativas contínuas de “feixe de percepções” não é suficiente). Dentre vários objetos qualitativamente idênticos (dentre vários coelhos semelhantes), como entendemos que podemos nos referir a um e apenas um deles? Como sabemos onde um coelho termina e outro começa? (A mera relação causal disparada pela presença de um objeto com certas qualidades sensíveis não nos parece ser suficiente). Nossa resposta foi: para cada tipo (classe, espécie) de coisa, temos critérios do que é, para uma coisa desse tipo, ser gerada (vir a ser), corromper-se (deixar de ser), perdurar na existência (continuar a ser), ou seja, que mudanças um objeto desse tipo é capaz de suportar, permanecendo o mesmo tipo

de coisa; como um objeto desses se comporta e quais poderes e capacidades tem.¹⁶ O modo como falamos e tratamos coelhos é diferente do modo como se fala e se lida com precipícios – a maneira de diferenciar e contar coelhos não é o mesmo modo que diferenciamos e contamos precipícios. Se o opositor é capaz de entender como diferentes, coelhos e homens, coelhos e peles de coelhos, coelhos e precipícios, ele pode tratar *Isto* da mesma forma como tratamos e falamos ou de coelhos ou de homens ou de peles de coelho ou de precipícios. E aqui observamos o PNC em ação: ao identificar *Isto* como um coelho, nosso opositor está também colocando *Este coelho* numa série de relações de incompatibilidade (exclusão), pois essa referência exclui que ele o entenda (trate, lide com) *Isto* como ele entenderia e lidaria com um homem, uma pele de coelho, um precipício.

Primeiro exemplo: em um determinado instante, alguém, um x , está no meio da saída, ele tem seu centro de gravidade no plano imaginário que divide o interior e o exterior da sala, seu corpo está metade do lado de dentro e metade do lado de fora. Podemos imaginar uma discussão em que o opositor afirma “ x está e não está dentro da sala” e seu interlocutor discorde veementemente que isso seja uma verdadeira contradição. (É evidente que uma estratégia análoga à que propomos no *Capítulo 3* está aberta a nós. Poderíamos simplesmente entender a frase “ x está e não está dentro da sala” como realmente significando (a) “ x não está nem dentro nem fora de sala” ou (b) “Não sabemos se x está dentro da sala e não sabemos se x está fora da sala” ou (c) “ x não está dentro, nem fora, x está saindo de sala” ou simplesmente como (d) “O corpo de x está metade do lado de dentro e metade do lado de fora”. Em vez dessa estratégia, utilizaremos o exposto neste capítulo.) Antes de discutirmos se, de fato, x está fora ou dentro, ou tanto fora como não fora, perguntemo-nos sobre *o que* estamos falando, i.e. façamos a questão “Sobre quem se fala?” ou “Sobre qual x estamos a falar?”. Ao contrário de nos considerar satisfeitos, em meramente saber a sua localização espacial, e.g., por meio de um “Aquele ali”, perguntemo-nos “Aquele o que?”, “O que x é?” ou “Que tipo de coisa x é?”. Uma resposta adequada seria: “um ser humano”. Então, o objeto

¹⁶ Simplesmente enxergar e apontar para um precipício não é o mesmo que entender este precipício *como* um precipício; entendê-lo como um precipício envolve tratá-lo como um ser inanimado e imóvel, que se mantém o mesmo sob certas mudanças, envolve não cair intencionalmente nele, a menos que se queira morrer, envolve procurar por uma ponte, caso se deseje atravessá-lo, cf. *Met.* 1008b15s.

sobre qual estamos a falar é *Aquele homem*.¹⁷ Nessa perspectiva, não é necessário que o opositor e o interlocutor tenham o “método ou princípio” que *nós* julgamos o melhor para distinguir e contar o que *nós* chamamos de homens. Basta que eles tenham um método em mente, talvez, um “método ou princípio” que equivalha ao nosso *animal bípede* (*Met.* 1006a31). Para que o opositor entenda “Aquele homem” como uma coisa unitária, como um indivíduo, ele precisa de um “método ou princípio” de contagem e diferenciação. O método, para algo ser considerado um homem, é que seja um animal bípede: se o opositor considera que *x* seja um homem, então, ele considera que o ser *x* seja um animal bípede (*Met.* 1006a31s). Em outras palavras, se *x* e *y* são o mesmo “homem”, então, *x* e *y* são o mesmo animal bípede. Se *x* é um “homem” e *y* não é um animal bípede, então, *x* e *y* não podem ser o mesmo. Assim, pelo menos, é certo: não é possível que “Aquele homem seja também este não-homem” - a menos que estejamos entendendo o sentido da primeira ocorrência da expressão ‘homem’ de maneira diferente do sentido da segunda ocorrência. Mas, se (a) ‘homem’ e (b) ‘homem’ em “não-homem” têm o mesmo sentido, então, é certo: é impossível que “Aquele homem seja também este não-homem”.¹⁸ Se algo é um homem, ele tem de continuar sendo um homem, durante toda a sua trajetória de vida, mesmo considerando-se trajetórias de vida hipotéticas desse objeto. Até porque o modo como individualizamos um objeto, através do sortal ser humano, tem relação com as coisas que esse objeto é capaz de fazer ou sofrer, ao longo do tempo, ao modo como é gerado, cf. quarto parágrafo desta seção. Consideremos, como exemplo de um objeto concreto particular, Sócrates. Faz-nos entender Sócrates como um objeto particular unitário? A característica mais importante de a maneira como falamos de Sócrates é que ele permanece, continua a ser, numericamente idêntico a si mesmo ao passar por determinadas mudanças. Podemos discordar se Sócrates está sentado ou não, se é gordo ou não, se está parado ou em repouso, podemos duvidar se ele de fato

¹⁷ Notemos que, se o opositor concorda em fazer referência determinada cognitiva, ele já implicitamente admite que nem tudo pode ser e não ser, já que admite fazer e clama entender a referência, cf. *Met.* 1006a25-30 e não que, ao mesmo tempo, não o faz ou não a entende.

¹⁸ Aristóteles considera, ainda, a ambiguidade: poderia ser que se tratasse ‘homem’ e ‘não-homem’, como sendo o mesmo, assim como ‘veste’ e ‘roupa’ são o mesmo, cf. *Met.* 1006b22s, isto é, se se tratasse ‘homem’ e ‘não-homem’, como sendo ambos equivalentes a, e.g., animal bípede, assim, seria possível que “Aquele homem é este não-homem” fosse considerado verdadeiro. Aristóteles assevera: a questão não é, se alguém pode *dizer* “algo é homem e não-homem”, mas, sim, se isso pode acontecer de fato, *Met.* 1006b20s, entendemos isso como: a questão não é uma mera disputa de palavras, mas, sim, se podemos identificar um e o mesmo objeto como *Aquele G* e como *Este H*, em que *G* é um sortal e *H* é um sortal não-*G*.

conversava com Platão, podemos até especular o que ele teria feito se não tivesse sido filósofo. Em todo esse nosso discurso e em todo esse percurso, incluindo situações contrafactuais, ele permaneceu sendo considerado o mesmo ser humano. Não faz sentido dizer sobre Sócrates que ele deixou de ser homem e se transformou em um muro. Não podemos entendê-lo sendo homem e não-homem. Não há aspectos de que possamos vir a descobrir que esse algo seja um homem, sob *um aspecto*, e esse mesmo algo seja, *sob outro aspecto*, um não-homem. Admitimos que podemos dizer de um objeto, identificado-o como homem, que ele é branco e musical e que outros podem falar sobre o mesmo objeto dizendo que ele é não branco ou não-musical. Contudo seria impossível se referir a algo identificado como um homem e *a esse mesmo* algo identificado como não-homem.

Segundo exemplo: suponhamos que haja um objeto do qual se discuta sua altura e seus limites, quais são suas fronteiras espaciais e sua origem. Podemos imaginar, a respeito desse algo, que uns afirmam que sua altura é de seis mil quilômetros; outros acham que é mais baixo. Apesar de termos uma ideia de onde termina sua parte mais elevada, ou pelo menos, como se determinaria esse seu ponto mais alto, temos apenas uma vaga e indeterminada ideia de onde ele termina, ao se entrelaçar com o solo, até aonde vai sua base. Além disso, sua base parece ter um formato variável: é triangular por um lado, pentagonal por outro. Há ainda disputas sobre a causa da origem desse algo, uns acham que se deve a forças tectônicas e outros falam que se deve a atividades vulcânicas. Dado tudo isso, um opositor do PNC poderia afirmar que esse algo tanto é quanto não é, dentre outros. Para utilizar o exposto, neste quarto capítulo, começamos nos perguntando “Sobre qual particular se fala?” ou “Sobre o que se está a falar?”, se isso não estiver clarificado o suficiente, nem sabemos se estão falando sobre o mesmo objeto e não há como entendê-los como discordando ou concordando sobre o mesmo algo. Ao exigirmos que o objeto seja identificado, intima-se não só que saibamos mais ou menos onde ele se localiza no espaço, mas que se saiba (ou se possa vir a descobrir) a resposta a “Que tipo de coisa é isto?” ou “O que é isto?”. Que é esse algo de que se está a falar? É uma montanha? É uma planície? É uma catarata ou queda-d’água? É uma enorme nuvem escura de poeira e gás? Que tipo de coisa estamos a nos referir aqui? Se nos referimos a *Esta montanha*, não podemos entender a referência como aludindo, também a ela, como *Esta nuvem de gás e poeira*, pois entendemos o objeto, aquele algo, como sendo *uma única coisa* (uma unidade, um indivíduo),

utilizando o “método ou princípio” adequado, para distinguir e contar montanhas e não nuvens de gás e poeira. Sobre esse exemplo, poder-se-ia objetar que a própria disputa envolveria alguns defendendo que esse algo é uma montanha e outros que se trata de uma planície, assim, esse mesmo algo seria tanto uma montanha como uma não-montanha (uma planície). Mas o que é *este mesmo algo* que é dito ser (por uns) uma montanha e (por outros) uma não-montanha? Que significa “este mesmo algo” aqui? Nós defendemos que uma resposta possível seria: este algo é entendido como um acidente geográfico ou uma forma de relevo. Podemos até conceder, então, que se imaginem pessoas afirmando que esta forma de relevo é e não é uma montanha. Ora, se isto é selecionado *como* uma forma de relevo, se é com isto que se entenda o particular sendo o que é, ele não pode deixar de ser uma forma de relevo, a não ser que as pessoas não saibam se estão mais falando e discordando sobre “este mesmo algo”. Então, é impossível que este mesmo algo seja e não seja *tratado como* uma forma de relevo.

Terceiro exemplo: indica-se um objeto enorme lá na frente, um objeto cor de areia, mas ele está muito longe de tal modo que a essa distância pessoas tenham dúvida se se trata de uma montanha ou mesmo de uma nuvem grande de poeira. Um sujeito pode pensar que esse objeto tenha seis mil km de altura e outro pode pensar que tenha quatro. Se nós perguntarmos “O que é isto?”, nosso opositor nos responderá que não sabe. Na verdade, ele mesmo se questionará: “Isto será uma montanha? Isto será um pássaro? Ou será isto um avião?”. E aqui argumentar-se-ia que esses três proferimentos de ‘Isto’ se referem a um e ao mesmo objeto, mas que não se sabe que tipo de objeto ele é. Respondemos à essa objeção, dizendo, antes, que a referência precisa ser cognitiva e pressupõe que o objeto tenha sido identificado pelo sujeito. Identificar o objeto não significa que se saiba de que tipo ele é, mas que se possa descobrir que coisa ele é. Expliquemos. Aproximamo-nos e observamos que se tratava de um composto de uma montanha mais uma nuvem de poeira à sua volta. A questão “Sobre qual objeto estamos falando?” se impõe imediatamente. Estamos falando sobre (a) uma montanha ou (b) uma enorme nuvem de poeira ou (c) o objeto composto pela montanha mais uma enorme nuvem de poeira que está à sua volta? A resposta precisa ser uma e apenas uma das alternativas. Se se entende a que o objeto se refere é o composto (c), isso exclui que o tipo do objeto seja uma montanha ou um pássaro ou um avião. Se a questão “Sobre qual objeto estamos falando?” precisou ser ainda colocada ou repetida e, de fato,

no exemplo, isso é necessário, significa que não estávamos identificando o objeto em nível fundamental. Continuando o exemplo, se duas pessoas se aproximam e descobrem que se tratava de dois objetos – um composto de uma montanha mais uma nuvem de poeira à sua volta – eles podem vir a dizer coisas como “ah, são dois objetos, não sabíamos do que falávamos”. Nesse caso, talvez diríamos que eles identificaram objetos distintos ou que não tenham identificado coisa alguma, visto que um sujeito que identificou um objeto é capaz de entender a identificação fundamental daquele objeto como sendo o mesmo objeto ao qual ele tinha feito referência identificadora (ver *Seção 4.3.5*). Em outras palavras, ao avistar um objeto, o sujeito não precisa conceber o objeto como sendo de um tipo específico ou de outro, mas, se a Ideia é adequada (ou seja, se o objeto foi *identificado*), essa Ideia adequada faz remissão direta à possibilidade de se pensar o objeto por sua Ideia fundamental (*identificação fundamental*). A identificação fundamental, em que não há necessidade de se repetir a questão “Sobre qual objeto estamos falando?”, faz remissão direta a concebermos o objeto como sendo de um tipo específico ou de outro (a ser descoberto) com certas mudanças (a serem determinadas) as quais ele é capaz de suportar, com algum modo próprio de comportamento (a ser determinado), (cf. *Seção 4.3.6* ou quarto parágrafo desta seção).

Quarto exemplo: o opositor poderia não estar satisfeito com as respostas anteriores. Ele afirma que, quando sinceramente se questiona, “Isto será uma montanha? Isto será um pássaro? Ou será isto um avião?”, em que ‘Isto’ se refere a um e ao mesmo objeto, devemos dizer que “Isto pode ser tanto uma montanha, como um pássaro, como um avião”. E, assim, o opositor conclui que é exequível dizer verdadeiramente “é possível que isto seja tanto uma montanha como uma não-montanha”. Não iremos usar a estratégia do *Capítulo 3*, ou seja, a estratégia que envolveria entender sua fala “é possível que isto seja tanto uma montanha como uma não-montanha”, como significando “*é possível que* isto seja uma montanha e *é possível que* isto não seja uma montanha” ou “*não sabemos se* isto é uma montanha e *não sabemos se* isto não é uma montanha”. Perguntemos como viemos elaborando este capítulo, “O que é isto? O que é isto que pode ser tanto uma montanha como uma não-montanha?”. (Se o modo como o opositor fala e lida com *Isto* não é o modo, como nós falamos e lidamos com homens, nem trirremes, nem muros, logo não poderemos creditar o opositor como se referindo cognitivamente

nem a *Este homem*, nem a *Esta trirreme*, nem a *Este muro*. A referência continua indeterminada. Ora, o que é isto que o opositor entende como sendo o objeto a que faz referência?). Consideremos duas possibilidades de resposta, a última sendo a mais radical. *Primeira possibilidade*: o opositor responde que sabe qual é o objeto a que está fazendo referência, é um objeto de enormes proporções, de coloração cor de areia que está muito distante em tal e tal lugar. Nossa resposta é: se o opositor entende o objeto, por meio de uma descrição definida (ele entende aquele objeto como sendo algum objeto que seja enorme e cor de areia, desde que esse objeto seja o único com tais características em tal e tal lugar), ele não está fazendo referência *demonstrativa* ao objeto. Ademais, este caso está sujeito ao problema já descrito anteriormente. Suponhamos que, no lugar em questão, sem que o opositor saiba, haja dois objetos que satisfaçam a descrição: uma montanha e, à sua volta, uma enorme nuvem de poeira, qual é o objeto que corresponde ao entendimento do opositor? Ele sabe qual é o objeto de que está falando? (Ele tem ideia se está falando sobre (a) uma montanha ou (b) uma enorme nuvem de poeira ou (c) o objeto composto pela montanha mais uma enorme nuvem de poeira?). *Segunda possibilidade*: o opositor responde que *Isto* pode ser tanto uma montanha, como um pássaro, como um avião e que não podemos descobrir, em princípio, que tipo de coisa *Isto* é. Ele se explica: “*Isto* é um objeto sem propriedade nenhuma, não há como determinar o que é para ele vir a ser, nem há exatas mudanças que possamos especificar para que ele continue o mesmo”. *Isto* não deve possuir nenhuma propriedade e não deve ser de nenhum tipo determinado, pois de ‘*Isto*’ *podemos* tanto predicar ‘é uma montanha’, como ‘é um pássaro’, ‘é branco’ – ou assim pensa o opositor. Ou seja, o opositor trata *Isto* como um “não sei o que” sem propriedades que lhe sejam próprias, mas que também sejam capazes de inerir o que é peculiar tanto a montanhas como a pássaros. (Nomearemos essa concepção de objeto de *objeto indeterminado*. Um objeto indeterminado é um objeto cujo tipo é, em princípio, indeterminável. Um objeto indeterminado é um verdadeiro “puro isto” metafísico). A isso respondemos, inicialmente: parece-nos estranho que um objeto sem propriedade nenhuma seja também uma montanha. Mas, se “*Isto* pode ser tanto uma montanha como uma não-montanha”, deveria haver a possibilidade de *Isto ser uma montanha*. Algo pode não ter propriedades que lhe sejam próprias e ainda ser uma montanha? Acreditamos que não. E *um mesmo isto* pode deixar de ser montanha e virar uma não-montanha, e.g. um pássaro? Já dissemos que não (cf.

primeiro exemplo desta seção). Se essa resposta inicial não parece satisfatória, tenhamos em mente o que tentamos defender neste capítulo, especialmente, na *Seção 4.3.6*: não devemos conceber (pensar sobre) um objeto concreto como sendo composto de duas coisas separadas (a) a concepção “pura” do próprio particular e (b) a concepção de um tipo (sortal) do qual ele é uma instância. Nossa sugestão foi: não pensar sobre a unidade que é uma coisa particular como sendo a mistura, a mera soma, de dois ingredientes (a) e (b), onde (a) pode ser obtido separado de (b). Isto é, não devemos pensar que um objeto material - o qual podemos perceber, tocar, manter em vista, conhecer pela observação - seja um “puro isto” metafísico, isto é, não devemos tratá-lo como se ele fosse um substrato desconhecido do qual só podemos conhecer as qualidades sensíveis, qualidades que, contingentemente, estão nele como alfinetes estão num suporte. Ou melhor, dado nosso entendimento pré-teórico de o que é falar e lidar com objetos concretos perceptíveis, não devemos considerar propriedades ‘é uma montanha’, ‘é um homem’ e ‘é um pássaro’ no mesmo nível de propriedades como ‘é branco’, ‘é velho’ e ‘está em repouso’. A primeira classe de propriedades não pode receber um índice temporal ou modal, enquanto as últimas, sim. E isso significa que: de Sócrates, faz sentido dizer que “ele está em repouso, mas *poderia* não estar em repouso”, assim como faz sentido dizer “ele é velho, mas 30 anos atrás ele não *era* velho” – entretanto não faz sentido dar esse índice modal ou temporal ao seu atributo de *ser humano* (cf. final do primeiro exemplo desta seção e final da *Seção 4.2.1*). A resposta “Isto é um homem” responde à questão “O que é isto?”, enquanto “Isto é branco” responde à questão “Como está isto?”. Porque predicamos ‘é branco’ e ‘é um homem’ sobre Sócrates, não significa que tratamos o atributo *brancura* e o atributo de *ser humano* como sendo ambos qualidades ou “acidentes” de Sócrates. Se não se entende ou aceita-se isso, então, perguntemos: por que se considera o objeto indeterminado como sendo um objeto concreto perceptível? Já que podemos predicar dele ‘é um objeto concreto’, *ser um objeto concreto*, então, seria uma de suas propriedades próprias e “não acidentais”? Em caso de sim, então, *isto* não pode ser um objeto concreto e não concreto – e já se pressupõe o PNC para concebê-lo (cf. parágrafo terceiro desta seção ou *Seção 4.3.4*). Caso não, por que insistir que *isto* seja um objeto concreto ao contrário de um objeto abstrato? Poderíamos estar falando de um objeto ao qual nem faz sentido se referir ostensivamente por um ‘Isto’. (Que se conceba um objeto indeterminado como sendo também parte de, ou como um objeto

concreto, parece-nos inaceitável por outros motivos, pois o que significa dizer que, num determinado lugar, há um ou nenhum *isto*? Como sabemos se é o mesmo um objeto que perdura, ao longo do tempo, ou se o objeto deixou de ser o que era e, agora, estamos diante de um novo objeto? O que concebemos como sendo o objeto se mover de um ponto ao outro? O que se entende como o mesmo *isto* mudar de forma? Pode o objeto *isto* se dividir em dois? E se essa divisão ocorrer, qual das duas continuaria a ser isto? Uma delas, ambas ou nenhuma?). Em suma, se se deve entender/saber qual é o objeto de que se pensa sobre, qual é esta única coisa, então, *não* se deve responder *sempre* à questão “O que é este *x*?” com “*x pode ser tanto um G e como um não-G*”, pois o interlocutor precisa entender qual é o *único* objeto indicado. Se de fato *x* é concebido, individuado, como sendo de um tipo *G*, desta forma, ele não pode ser concebido (individuado) como um tipo *H* (um não-*G*). Nenhum objeto concreto particular, que podemos manter em vista e reidentificar como sendo o mesmo objeto, é identificado sendo concebido como *um G e um não-G*.

4.4.1

Considerações sobre o final do segundo argumento

Nossa análise mostrou que, para especificar o particular relevante ao discurso - relevante para, e.g., ser caracterizado por um predicado - é necessário pressupor que o objeto seja ou um objeto concreto ou um objeto não concreto (qualidade de objeto), mas não ambos; e que seja ou um homem ou um não-homem (uma trirreme, dentre outros), mas não ambos. Ou seja, a referência surge como determinada, ao ocupar um lugar num sistema de classificações, num sistema complexo de escolhas possíveis, mas mutualmente excludentes (cf. *Seções 4.3.4-6*, e passos [iii]-[v] da *Seção 4.2*). É óbvio, por exemplo, que *ser branco* não é o mesmo que *ser homem*, são coisas diferentes; contudo é necessário tratar o par de tipos *homem* e *trirreme* não apenas como diferentes, mas como se excluindo modalmente. Se falamos de um objeto concreto, *não podemos* tratá-lo, ao mesmo tempo, como uma qualidade. Se algo é um homem, ele *não pode* ser uma trirreme, *nem pode* ser um muro (cf. *Seção 4.4* e passo [v] da *Seção 4.2*).

É o mesmo argumento também a respeito do *não ser homem*, pois o *ser para homem* e o *ser para não-homem* significam coisas distintas, visto que também o *ser branco* e o *ser homem* significam coisas distintas; de fato, o *ser para não-*

homem é muito mais oposto, de modo que significa algo distinto. E se o adversário afirmar que também “branco” significa uma única e mesma coisa [que “homem”], novamente diremos o mesmo que precisamente foi dito antes: que todas as coisas, e não apenas as opostas, seriam uma única (*Met.* 1006b34-1007a8, trad. Angioni).¹⁹

Em mais detalhe, um dos percursos argumentativos foi: do fato mencionado, no passo [ii] da *Seção 4.2* e, por uma análise do que deve estar envolvido, para o entendimento da referência determinada (*Seções 4.3.4-6*), acrescida da análise da nossa concepção (do conceito) de objeto concreto material perceptível - que não é nem (a) um mero feixe de qualidades perceptíveis (vide *Seção 4.3.6*), nem muito menos (b) um objeto indeterminado ou “um puro isto metafísico”, sem quaisquer propriedades próprias (um objeto indeterminado, vide quarto exemplo da *Seção 4.4*) -, concluímos que nossa concepção de um objeto concreto perceptível deve ser tal que, além de poder possuir propriedades tais que ele possa perder ou trocar por outras (propriedades “contingentes” ou “acidentais”), também, deve possuir propriedades que, se ele perdesse, deixaria de ser considerado o que é (propriedades “essenciais” ou “não acidentais”), cf. quarto exemplo da *Seção 4.4*. (As propriedades “acidentais” e “não acidentais” de um objeto dependem de que tipo de coisa ele é). Portanto, se nos referimos a Sócrates como um *ser humano* - ou seja, se nos referimos não à sua pele nem a suas vestes, mas a Sócrates -, então, não é possível nos referirmos ao mesmo objeto (Sócrates) como sendo do tipo *trirreme*. De modo genérico: se predicar ‘é homem’, é essencial ao modo como falamos e concebemos Sócrates, logo há, pelo menos, uma coisa que é impossível de se predicar verdadeiramente de Sócrates, a saber, que ele ‘é não-homem’, pois, pelo modo como falamos dele e o concebemos, deixaríamos de falar sobre ele, se o concebêssemos como não-homem (c.f passo [vii] da *Seção 4.2*).

Além do mais, se todas as contraditórias fossem ao mesmo tempo verdadeiras a respeito de uma mesma coisa, é evidente que todas as coisas seriam uma só. De fato, uma mesma coisa seria trirreme, muro e homem, se fosse possível, a respeito

¹⁹ The same account holds good with regard to 'not being a man', for 'being a man' and 'being a not-man' mean different things, since even 'being white' and 'being a man' are different; for the former terms are much more different so that they must a fortiori mean different things. And if any one says that 'white' means one and the same thing as 'man', again we shall say the same as what was said before, that it would follow that all things are one, and not only opposites. (*Met.* 1006b34-1007a8, trad. Ross) / The same argument applies also in the case of not being a man. For 'to be a man' and 'to be a not-man' signify something different, if even being pale and being a man are different. For the former is much more strongly opposed, so that it signifies something different. But if [the disputant] asserts that 'pale' signifies one and the same thing too, we shall repeat just what was stated before also, that everything, and not only opposites, will be one. (*Met.* 1006b34-1007a8, trad. Kirwan)

de tudo, ou afirmar ou negar algo... Com efeito, resulta o dito de Anaxágoras: “todas as coisas juntas”; por conseguinte, nada seria verdadeiramente o caso. Assim, afigura-se que se pronunciam sobre o indefinido, e, presumindo pronunciar-se sobre aquilo que é, pronunciam-se a respeito daquilo que não é; pois é indefinido aquilo que é em potência e não efetivamente (*Met.* 1007b18-29, trad. Angioni).²⁰

Em resumo, nosso argumento consistiu no fato de que “nós sabemos distinguir coelhos de homens, sabemos como manter em vista suas respectivas localizações, ao longo do tempo, por meio da percepção, mesmo quando esses particulares mudam de posição espacial, ou quando nós mesmos mudamos nossa atenção daqui para ali e sabemos, também, distinguir entre vários coelhos e entre as várias experiências sensoriais que temos deles, qual é o coelho que queremos designar” (cf. passo [ii] da *Seção 4.2*), para concluir que uma rejeição irrestrita do PNC não seja nem uma posição sustentável, nem de acordo com o modo ordinário como falamos e concebemos os objetos comuns à nossa volta.

A seguir, consideraremos uma aparente ambiguidade que nosso texto possui. Não nos comprometemos a que a distinção entre propriedades acidentais e não acidentais se deva (a) à natureza das coisas em si. Nem que essa distinção se deva (b) apenas ao modo como falamos e concebemos as coisas. Não é objetivo de nosso texto decidir-se entre essas duas possibilidades. Para nos expressar em terminologia lockiana, nosso texto não se pronuncia sobre se (a) há e se podemos descobrir “essências reais” de objetos concretos perceptíveis que são próprias dos objetos mesmos, essências imutáveis que pertencem à constituição real e interna das coisas, nem, pelo contrário, se (b) tudo o que há e conhecemos sobre objetos concretos que seja considerado necessário são “essências nominais” ou artificiais, necessidades que são fruto ou decorrem da convenção humana, do modo como usamos certas palavras. Segundo a última alternativa, trataríamos o predicado ‘é

²⁰ Again, if all contradictory statements are true of the same subject at the same time, evidently all things will be one. For the same thing will be a trireme, a wall, and a man, if of everything it is possible either to affirm or to deny anything... And we thus get the doctrine of Anaxagoras, that all things are mixed together; so that nothing really exists. They seem, then, to be speaking of the indeterminate, and, while fancying themselves to be speaking of being, they are speaking about non-being; for it is that which exists potentially and not in complete reality that is indeterminate. (*Met.* 1007b18-29, trad. Ross) / Again, if contradictories are all simultaneously true of the same thing, it is plain that everything will be one. For the same thing will be both a warship and a wall and a man, if it is possible either to affirm or to deny something of everything... Indeed we also get the doctrine of Anaxagoras, that 'every article is mixed together'; so that nothing is truly one. These people seem, therefore, to be stating something indefinite; and while they; consider that they are stating that which is, their statement is actually concerning that which is not (for the indefinite is what is potentially and not in complete reality). (*Met.* 1007b18-29, trad. Kirwan)

homem', como "essencial ou necessário" a Sócrates, e 'é branco' como accidental ou como uma qualidade, pelo fato, unicamente, de ao modo como nós, humanos, falamos, isto é, a "essência ou necessidade" em questão estaria fundada nas regras de uso ou dos significados de nossas expressões linguísticas. No presente texto, apenas insistimos que deve haver essa distinção (entre propriedades accidentais e não accidentais) e não nos comprometemos em que ela está ou não fundada. Em particular, não aceitamos que se trate tudo o que se pode predicar de um determinado objeto como sendo todas as suas características accidentais, pois isso não é o conceito de objeto concreto com que trabalhamos e sob pena de estarmos falando sobre um substrato (objeto indeterminado), sem propriedades próprias e ao qual não poderíamos sequer fazer referência demonstrativa determinada cognitiva ou conhecer pela percepção (cf. quarto exemplo da *Seção 4.4*).

Em geral, os que afirmam isso suprimem a substância e o "aquilo que o ser é", pois lhes é necessário afirmar que tudo sucede por concomitância e que não há aquilo que precisamente o *ser para homem* (ou o *ser para animal*) é. Pois, se há de ser algo aquilo que precisamente *ser para homem* é, ele não poderá ser o *ser para não-homem*, nem o *não-ser para homem* (são estas suas negações); pois era uma só coisa aquilo que *ser para homem* significava, e isso era substância de algo. E significar substância é significar que o *ser da própria coisa* não é nenhum outro (*Met.* 1007a20-29, trad. Angioni com modificações nossas).²¹

Para minimizar as ocorrências de que sejam mal interpretadas as pretensões desse capítulo, uma série de observações, ainda, fazem-se necessárias. Em primeiro lugar, tivemos que nos precaver contra o erro de considerar que "um puro isto" (i.e. ato de ostensão sem uma série de habilidades e sistemas de classificação) seja suficiente, para a referência determinada a particulares (pelo menos em nível fundamental, identificamos algo *como* sendo de um certo tipo, nunca como sendo "um mero isto"). Em segundo lugar, não aceitamos a concepção de objeto perceptível como "um puro isto" metafísico (i.e. um substrato sem propriedades

²¹ And in general those who say this do away with substance and essence. For they must say that all attributes are accidents, and that there is no such thing as 'being essentially a man' or 'an animal'. For if there is to be any such thing as 'being essentially a man' this will not be 'being a not-man' or 'not being a man' (yet these are negations of it); for there was one thing which it meant, and this was the substance of something. And denoting the substance of a thing means that the essence of the thing is nothing else. (*Met.* 1007a20-29, trad. Ross) / Those who say this entirely eliminate substance and what it is to be. For it is necessary for them to maintain that all things are coincidences and that there is no such thing as just what to be a man or to be an animal [is]. For if anything is just what to be a man [is], that will not be to be a not-man or not to be a man: yet those are its denials. For what it signified was one thing, and that was something's substance, and to signify a thing's substance is to signify that, for it, to be is nothing else. (*Met.* 1007a20-29, trad. Kirwan)

próprias, um objeto indeterminado). Em ambas as rejeições - no espírito da “metafísica descritiva” de Strawson (Strawson, 1959, p. 9) – o método utilizado foi o de descrever de forma suficientemente abrangente o modo como concebemos e falamos sobre objetos concretos perceptíveis. Não que o senso comum ou a linguagem ordinária utilizem os conceitos que aqui mobilizamos, mas os conceitos, neste contexto, utilizados, explicitam parte das categorias de nossa imagem manifesta, i.e. descrevem uma parte constitutiva de nosso esquema conceitual. Relaciona-se com a questão de, se nosso argumento estabeleceria que instâncias do PNC devem ser pressupostas como válidas, para o caso de (a) ou propriedades sortais ou de (b) termos sortais. Certas partes de nosso texto levam a entender que estamos estabelecendo que o PNC é válido às coisas por elas mesmas, outras que o PNC é válido pelo modo como falamos e concebemos as coisas. Primeiramente, o nosso percurso argumentativo considera que conceitos como referência determinada e o que é entender frases singulares, em uma situação dialógica, são noções evidentemente semântico-pragmáticas, ou seja, pertencem ao modo como falamos sobre as coisas. Outras noções que utilizamos, como identificação, referência cognitiva, atribuição de entendimento, explicitação de características, necessárias ao conceito de objeto concreto perceptível em geral, denominamos de noções epistêmicas, isto é, como relacionadas ao modo como nós concebemos as coisas. Portanto não consideramos que apenas pelo que foi dito, neste *Capítulo 4*, tenha-se estabelecido uma versão “metafísica” do PNC, viz. se tenha estabelecido o PNC como válido para a natureza das coisas elas mesmas. A defesa do PNC, neste cenário, está fundada no modo como nós falamos e concebemos as coisas.

4.4.2

Interpretação e atribuição de pensamentos e crenças

O último passo [viii] relata uma condição de possibilidade, para que se forme um pensamento singular, isto é, um juízo sobre *um único* objeto particular. Uma condição, para que se possa atribuir um pensamento com a estrutura *a é F* a um sujeito *S*, é que *S* “saiba qual” é o objeto *a*. Os passos anteriores visam estabelecer que esse “saber qual objeto”, isto é, ter uma Ideia adequada do que se está apontando, envolve *identificar* ou ser capaz de *identificar de maneira fundamental* esse objeto. O passo [viii] pode ser, assim, enunciado: *S* pode formar um juízo (ter um pensamento) sobre um particular *a* apenas se *S* identifica *a*. Se *S*

não identifica *a*, *S* não pode pensar/crer/julgar nada sobre *a*. (Essa maneira de nos expressar é inspirada em Gareth Evans, cf. Evans, 1982). Para explicar esse último passo [viii], será necessário comentar o que entendemos por (a) pensamento ou crença e (b) atribuições de pensamentos ou crenças.

A insatisfação com o uso de termos como ‘pensamento’ pode ser dissolvida, se dissermos que pensamento, nesse contexto, é aquilo que se compreende, quando se compreende uma frase declarativa, uma frase que faz sentido avaliar como verdadeira (ou como falsa). (Também usamos a palavra ‘pensamento’ com o sentido de ato, por parte de um sujeito, de compreender ou apreender esse conteúdo, como na frase “atribuir pensamentos a um sujeito”). Novamente, entender uma expressão linguística, no caso uma frase, é diferente de meramente saber usá-la. Poderia ser que o que alguém compreende por uma frase, e.g. ‘fumar é bom e não é bom’, seja diferente do que um outro compreende pela mesma frase (cf. *Seção 4.3.2*). Não estamos sugerindo, com essa última observação, que o que se compreende (o conteúdo pensado), quando se compreende (ato de pensar) uma frase declarativa, não possa ser colocado em palavras. Pelo contrário, admitimos que, por meio de perguntas e respostas (*Seção 4.3.3*), conseguimos entender e, se quisermos, podemos expressar em palavras o conteúdo que apreendemos, quando compreendemos determinada frase. Apenas estamos sinalizando que o pensamento, por detrás de um certo proferimento, pode não ter a mesma estrutura gramatical da frase proferida. Por exemplo, alguém pode entender ‘Sócrates é branco’ como um pensamento da forma (a) *Este homem é branco* ou (b) *O mestre de Platão que morreu tomando cicuta é branco* ou (c) *Algum objeto que é a fonte causal de tais e tais sensações é branco*, entre outras interpretações.

A classe de pensamentos, em que estamos interessados, nessa ótica, nomearemos de “pensamentos singulares”. Pensamentos singulares são pensamentos “diretamente” sobre objetos particulares concretos ou, numa tentativa de nos expressarmos com exatidão: são pensamentos tais que suas condições de verdade dependem da referência a objetos particulares.²² Um pensamento singular deve ser contrastado com (a) um pensamento que não é sobre nenhum indivíduo em

²² Talvez uma maneira mais exata de explicarmos o que seria esse *pensar “diretamente” sobre particulares* fosse: esse “diretamente” significa pensar sobre particulares *qua* particulares. Um pensamento singular seria, assim, um pensamento sobre um particular *enquanto* particular – em contraposição a “satisfaçedores de condições” ou a “portadores de propriedades identificadoras”.

particular (e.g. *Todos os homens são mortais, A maioria das pessoas é honesta*) e com (b) um pensamento sobre um particular que não contém necessariamente um e apenas um indivíduo como constituinte (e.g. *O inventor do zíper era alemão, O cão mais velho do mundo é marrom*).²³ Um pensamento do último tipo (b) será chamado por nós de pensamento descritivo.²⁴ Diremos: compreender uma frase singular predicativa da forma *a é F* (ou *Isto é F*) é ter um pensamento singular. Se o que exigimos, para a compreensão de uma frase singular predicativa, é tal que se entenda qual é o objeto referido pelo termo singular e a função de classificação do termo geral, estamos exigindo, pelo menos, em nível fundamental, que se entenda a frase singular predicativa, e.g., da forma *a é F* e não da forma *O único x tal e tal é F* nem da forma *Existe x que é F*. Em outras palavras, estamos sugerindo que, para entender falas sobre objetos particulares, *como* sendo sobre objeto particulares, devemos saber responder tanto à questão “Sobre o quê (de quem, de qual) se está falando?” quanto à questão “O que é que se está falando sobre isto (sobre ele, ela)?” (cf. *Seção 4.3.1*). De modo genérico, a compreensão que está envolvida em “entender uma fala sobre um indivíduo particular *como* sendo sobre um indivíduo particular” é: essa fala versa “diretamente” sobre um indivíduo particular, e.g. *Este x é F*, e não “indiretamente” como em *O x tal e tal é F*. Em resumo, a compreensão que está envolvida, em um pensamento singular, é uma compreensão que depende de que se *identifiquem* os objetos a que fazemos referência (cf. 4.3.5).

Fazer referência identificadora pressupõe que seja possível nos referir a de maneira fundamental. Referirmo-nos a um objeto pela sua identificação fundamental, se nossa análise anterior é correta, pressupõe que *não* se deve responder *sempre* à questão “O que é este *x*?” com *x pode ser tanto um G e como*

²³ Descrições definidas, por mais precisas que sejam, não garantem que “necessariamente *um e apenas um* indivíduo particular” é o constituinte do pensamento. Pode ser que não haja nenhum objeto que satisfaça as propriedades listadas (pela descrição) e, é nossa opinião, que possa haver, factualmente, dois ou mais objetos que satisfaçam as propriedades listadas (e.g. objetos qualitativamente idênticos). O contraste aqui com pensamentos singulares não é o número de objetos (pois a singularidade de alguns pensamentos é compatível com o se referir a um pluralidade de objetos, cf. *Seção 4.3*); mas sim se o(s) objeto(s) de que se fala são ou não “constituintes” do pensamento.

²⁴ Por isso dizer que pensamentos singulares são “pensamentos tais que suas condições de verdade dependem da referência a objetos particulares” é uma mera aproximação (a não ser que se entenda “referência a” como “ter em mente”, entre outras qualificações), pois *pensamentos descritivos* (i.e. pensamentos que são expressos por frases que contenham descrições definidas usadas atributivamente) também o são.

um não G. Portanto uma das consequências de uma rejeição generalizada do PNC é a incapacidade de se formar um pensamento singular.

Sobre o tema atribuição de crenças ou pensamentos, Gareth Evans, no quinto capítulo de seu *The Varieties of Reference* (Evans, 1982), explica por qual razão, em muitos casos *reais* e *ordinários*, temos a tendência de atribuir pensamentos sobre particulares a sujeitos, mesmo quando eles não são capazes de identificar, naquele momento, o objeto em questão. É importante ressaltar, para o esclarecimento de nossas sugestões finais, que muitas das nossas atribuições de pensamentos sobre objetos a terceiros podem ocorrer sem que essas atribuições sejam *literalmente* corretas.

Evans fornece dois exemplos. No primeiro exemplo, um estudante de engenharia está apresentando um texto de sua autoria em classe. O texto contém a sentença ‘Uma faísca é produzida eletronicamente no carburador’. O professor interrompe a apresentação dizendo “Isso não está correto. Que ele gostaria de dizer aqui, alunos?” e algum aluno da turma responde “Ele quis dizer ‘no cilindro’, professor”. Ao responder, o segundo aluno não acredita que seu colega de classe, ao escrever a sentença, pensou ou mesmo que tinha a capacidade de pensar *Eu deveria dizer que a faísca é produzida no cilindro*. Dadas as intenções e os objetivos gerais (do aluno apresentando o texto), que envolvem dizer coisas corretas sobre a operação de um motor a combustão e, dados os nossos conhecimentos dessas intenções e objetivos, existe um sentido claro o qual achamos natural atribuir a ele a intenção de dizer que a faísca foi produzida no cilindro. Dizer isso é compatível com e satisfaz suas intenções gerais e objetivos. E nós podemos atribuir essas intenções a ele, mesmo que não faça ideia do que seja um *cilindro* (Evans, 1982 p. 130). O segundo exemplo é o de uma pessoa dirigindo-se a uma estação de rádio para fazer uma reclamação. Essa pessoa, ao chegar à recepção, é informada “O que você quer é marcar uma reunião com o Sr. X no nosso departamento pessoal”. A pessoa não tinha, de maneira literal, nenhuma intenção de ver o Sr. X e poderia ser que nem soubesse o que é necessário para se registrar uma reclamação. Contudo, atribuir a ela a intenção prévia de encontrar Sr. X é natural, pois seria isso que ela deveria estar fazendo, naquele momento, para satisfazer suas intenções e objetivos gerais. Assim, o processo de interpretar proferimentos e atribuir pensamentos às pessoas envolve um entendimento prévio dos objetivos e intenções gerais que essas pessoas possuem (Evans, 1982, pp. 130-1).

Por essa nossa compreensão de objetivos e intenções gerais, achamos natural dizer que o que a pessoa “entende” pelo termo singular proferido (um ‘Isto’ em situações vis-à-vis) é, por exemplo, o objeto do qual ele está em condições de receber informação perceptual sobre (e.g. ao objeto que cremos ser a origem causal de certas sensações naquele sujeito), mesmo que, literalmente falando, o sujeito não tenha entendimento sobre o objeto em questão, não pense de maneira alguma no objeto. Evans nos alerta que, no uso natural de nosso vocabulário psicológico, dizemos coisas como “*S* está pensando sobre *x*” e “*S* quer se referir a *x*”, somos guiados pela nossa suposição de que sejam compatíveis com os objetivos e projetos gerais de *S*. Pode ser que suponhamos que *S* tenha um pensamento singular e até que até *S* suponha isso, mas pode ser que estejamos literalmente errados. É importante esclarecer que é possível dizer, em situações ordinárias, de alguém que *ele pensa que p* ou que *ele se refere a x* mesmo quando aquela pessoa não seja capaz de pensar que *p* ou de entender a referência a *x*. (Evans, 1982, p. 129-130). Essa é uma diferença entre nosso experimento de pensamento e as situações ordinárias e reais de atribuições de crenças e pensamentos. Em muitas situações reais e ordinárias, faz sentido dizer “ele quis se referir a *x*” ou “ele se refere a *x*”, mas nosso experimento de pensamento é uma situação dialógica que visa funcionar como critério, para determinar o que o opositor entende pela referência feita, se é que ele entende algo (cf. *Seção 4.3.3*). Evans se expressa: “nem tudo o que conta como *interpretar* (*dar sentido a*) os atos linguísticos de um falante envolve atribuir-lhe juízos ou crenças” (Evans, 1982, p. 130). Portanto há uma diferença entre (a) *interpretar* e (b) *atribuir* pensamentos. Poderíamos, se reservássemos esses termos para usos distintos, coisa que não será sempre feita, explicar a fala “ele quis dizer ‘no cilindro’, mas não me comprometo, nem que ele saiba o que é um cilindro”, como composta de duas partes: (a) “ele quis dizer ‘no cilindro’ faz parte da nossa prática de *interpretar* as intenções dos outros, enquanto (b) “não me comprometo nem que ele saiba o que é um cilindro” é uma fala de *atribuição* (no caso, a *negação* de uma atribuição) de entendimento. Assim, devemos ser cuidadosos, ao refletir sobre o experimento de pensamento, pois, mesmo que fosse razoável *interpretar* o opositor dizendo “com ‘Isto’ ele quer se referir a esse objeto à sua frente o qual é a origem causal de certas sensações suas”, ainda, não se segue que isso seja uma *atribuição* razoável do modo como o sujeito pensa sobre o objeto. Na verdade, pode ser que o opositor não tenha sequer a capacidade cognitiva de pensar sobre o objeto

como *aquele único x que é a origem de tais e tais sensações em mim*. Evans complementa nossa explicação, ao esclarecer que não se deve confundir (a) o fato de que o sujeito concordaria, mais tarde, que o objeto fonte dessas sensações é também o objeto a que ele se referia com (b) a Ideia que ele tem, i.e. a maneira como entende a função de especificação do termo singular que usa é da forma *aquele único x que é a origem de tais e tais sensações* (Evans, 1982, p. 131n18). E se fosse, de fato, assim, o modo como o sujeito identifica o objeto, se fosse essa sua Ideia adequada do objeto, o pensamento formado com essa Ideia de objeto seria um pensamento descritivo e não um pensamento singular.

Dissemos que um sujeito *S* que profere (ou ouve) uma frase singular predicativa *só* pode ser creditado como *entendendo* o que fala (ou o que ouve), *se* ele for capaz de fornecer *algum* tipo de resposta *substancial* a questões como “Sobre *quem* se fala?”, “Sobre *qual* particular se fala?” ou “Sobre *o que* se está a falar?”. Que aconteceria se nosso opositor, ao ser submetido às questões e, tendo seu comportamento observado (exatamente como no exemplo da *Seção 4.3.3*), não fornecesse indício de que entende sobre o quê (qual, quem) se fala? Se não consegue nem fazer uma referência determinada cognitiva, uma única referência demonstrativa, que seja inteligível para si e para um outro, então, o opositor não seria muito diferente de uma planta (*Met.* 1006a15). Na situação dialógica, o opositor deve demonstrar que entende e o que entende pela referência determinada. O ônus da prova, dessa forma, está com o opositor. Se o interlocutor não consegue interpretar o modo como o opositor lida e fala sobre as coisas à sua volta de maneira a entender ao qual é o objeto referido e *atribuir* ao opositor o que ele entende pelo proferimento de ‘Isto’, nós não temos razão para atribuir ao opositor um entendimento da referência que supostamente pretendeu fazer. Se o interlocutor não conseguir determinar o que o opositor entende por seu proferimento de ‘Isto’ e, dada a natureza do experimento de pensamento em questão (*Seção 4.3.3*), nós não temos razão ou motivo para declarar o opositor como uma criatura racional, como possuindo crenças acerca de objeto nenhum, como dizendo nada com significado, pois, se nada se *entende* pelo uso de um termo singular, nada pode contar como entender o proferimento de uma sentença que o contenha. Não há o que se entender. Se não está claro o que consiste entender, por exemplo, em que condições a frase declarativa proferida seria verdadeira, nada com sentido foi proferido. Se uma criatura não consegue fazer referência cognitiva determinada a

um particular que seja, então, seus proferimentos não devem ser considerados como muito diferentes dos sons oriundos de uma planta quando está sujeita a uma ventania (*Met.* 1006a15, 1008b9-14).

Em resumo, no passo [viii] da *Seção 4.2*, afirmamos que, se um sujeito é capaz de pensar sobre um objeto concreto particular, esse pensamento singular pressupõe que o sujeito faça referência identificadora a esse particular. No caso de objetos concretos perceptíveis, parece razoável que se exija do sujeito a capacidade de compreender, em nível fundamental, a localização espaço-temporal do objeto e, se estivesse na situação de percepção (*vis-à-vis*), ele seria capaz de fazer uma referência demonstrativa cognitiva determinada ao tal particular. Ou seja, se tudo isso é correto, caso o sujeito não seja capaz de fazer referência demonstrativa cognitiva determinada a um certo particular, esse sujeito não pode pensar sobre esse particular – ou pelo menos, não por meio de um pensamento singular demonstrativo.

4.4.3

O segundo argumento defenderia apenas instâncias do PNC?

Christopher Kirwan, ao comentar a “demonstração refutativa”, o trecho *Met.* 1006a28-1007b18 do Livro IV da *Metafísica*, informa-nos que uma maneira de classificar as várias interpretações desse trecho é dividi-las em dois tipos. O primeiro tipo de interpretação considera que *Met.* 1006a28-1006b38 tem como objetivo argumentar que nenhum predicado *em geral* pode ser predicado em conjunção com seu contraditório; e *Met.* 1006ba20-10067b18 tentaria argumentar de maneira independente que ele deve ser válido para predicacões *essenciais* ou *necessárias*, uma classe restrita de predicacões. No segundo tipo de interpretação, ambos os trechos citados têm o mesmo objetivo restrito: mostrar que o PNC é válido para predicacões essenciais ou necessárias (Kirwan, 1993, p. 93). A vantagem de uma interpretação do primeiro tipo é considerar a “demonstração refutativa” como não sendo uma defesa parcial ou restrita do PNC.

Claramente, o segundo argumento, descrito neste capítulo, defende uma versão restrita do PNC, uma interpretação que deveria ser classificada como uma interpretação do segundo tipo. Poder-se-ia acrescentar que nosso argumento apenas estabeleceria instâncias do PNC. Ou melhor, estabeleceria apenas (a) a impossibilidade de se pensar em contradições particulares ou (b) a impossibilidade

de se crer em instâncias da negação do PNC. (*Conceber um objeto x como sendo tanto um coelho como um homem* seria um exemplo do que denominamos “pensar em contradições particulares”; e *conceber um objeto x como podendo ser tanto ser um coelho como podendo ser um homem* seria um exemplo do que denominamos “crer em instâncias da negação do PNC”), mesmo que isso só seja válido, para uma classe restrita de “predicados”, a saber, tipos sortais e propriedades essenciais. Em resumo, o que nosso segundo argumento estabeleceria é algo da forma: (1) *para todo sortal G , não seria possível, para algum sujeito S e, para algum objeto concreto perceptível x , que S conceba (identifique) o objeto x como podendo ser tanto G como podendo ser não- G .*

Uma ressalva preliminar: que seria, nessa perspectiva, estabelecer não instâncias do PNC, mas o próprio princípio? Mais precisamente: que seria estabelecer a impossibilidade de se pensar a negação do PNC? Seria estabelecer: (2) *é impossível, para algum sujeito S , que S creia na negação do PNC.* Uma segunda ressalva: explicamos o que entendemos, por não ser possível crer em instâncias da negação do PNC, em (1) escrevendo, “*para todo sortal G , não seria possível, para algum sujeito S e, para algum objeto concreto perceptível x , que S conceba (identifique) o objeto x como podendo ser tanto G como podendo ser não G .*”. Para explicar o início, “para todo sortal G ”, consideremos: uma maneira de entender tal generalização é atentar para o fato de que nosso experimento de pensamento pode ser *repetido* para um objeto concreto de *qualquer* tipo. Podemos fixar um tipo sortal G e imaginar que o opositor está tentando se referir a um objeto concreto do tipo G . Assim, poderíamos imaginar: *se ele tivesse proferido ‘Isto’ com o objetivo de se referir a Este G e entendendo Este G como um G , então ele não poderia também o conceber como um não- G , e.g. como um H .* Como esse G fixado, no início do argumento, poderia ser um *sortal* qualquer (árvore, estátua, pedaço de barro, montanha), temos que: (1) é válido para *qualquer* sortal G e para propriedades essenciais ou necessárias associadas a objetos concretos do tipo G .

Primeiro lidaremos com a afirmação de que nosso argumento tenha apenas estabelecido *instâncias* e não a versão *geral* do PNC. Faremos duas sugestões. Primeiro, para estabelecer o PNC como o mais firme dos princípios (*Met.* 1005b15-25), talvez, seja suficiente estabelecer que seja impossível acreditar em instâncias da sua negação. Inclusive, poderia ser que apenas a prova da impossibilidade da crença, em instâncias da negação de PNC, fosse suficiente para nos fornecer

convicção, convencer-nos da indubitabilidade do princípio ele mesmo - como parece considerar Michael V. Wedin (Wedin, 2000, p. 149). Mas, nossa opinião é a de que nosso segundo argumento não prova que não se pode crer (ou pensar) na negação do próprio PNC. Admitimos como possível que se possa crer que o PNC não seja válido. Contudo não admitimos que se possa ter um pensamento singular (formar uma crença sobre um objeto) de tal maneira que esse objeto seja identificado por uma instância da negação do PNC (*Seção 4.4.2*).²⁵

A segunda afirmação é de que nosso segundo argumento apenas estabeleceria o PNC como válido, para uma classe restrita de predicções, ou melhor, como sendo impossível crer em *x como G e não G*, apenas para predicções *Gs sortais* (e suas propriedades *essenciais* ou *necessárias*) e não a versão geral para qualquer predicação *G* que seja. Essa afirmação não disputamos. Todavia é preciso entendê-la no contexto apropriado. O segundo argumento faz menção à referência *identificadora* a objetos concretos em geral e não é possível contar e diferenciar objetos concretos, usando “isto é branco”, “isto está correndo”, mas, sim, “isto é um coelho” ou “isto é um homem” (cf. início da *Seção 4.3.6*). Nada é identificado, ao responder a “O que é isto?” com “branco”, muito menos, respondendo “branco e não-branco”. Ou seja, se estamos preocupados com o uso de termos gerais *não contáveis* em predicções como o ‘é branco’ em ‘Sócrates é branco’, então não estamos falando, a rigor, de um termo usado como sortai, a saber, como “método e princípio de contagem e diferenciação”. Sobre a questão de, se faria sentido predicar de *um mesmo objeto* (já identificado) ‘é branco’ e, ao mesmo tempo sob todos os mesmos aspectos, ‘é não-branco’, fazemos remissão ao primeiro argumento no *Capítulo 3*. Agora, se estamos interessados na referência demonstrativa a este um objeto, isto é, o que é identificar *o mesmo um objeto* referido, para que possamos predicar dele ‘é branco’, devemos lembrar do segundo argumento deste *Capítulo 4*. Como explicamos na *Seção 4.1*, afirmar insistentemente (para algum *F* predicado) de um objeto que ele é *F e não-F* resulta em obtermos informação zero sobre esse objeto (primeiro argumento); afirmar insistentemente (para algum *G* sortai) que o objeto a que nos referimos é apenas um *G e não-G* resultaria em não se selecionar

²⁵ Acrescentamos nossa opinião de que a mera crença de que *é possível que uma contradição seja válida de algum objeto* é um pensamento geral e não informativo, no sentido de ser abstrato e não ser sobre um objeto, no máximo cogita-se um possível objeto do qual não poderíamos, em princípio, vir a conhecer pela percepção.

objeto algum (segundo argumento). Ninguém pensa sobre um mesmo objeto como *um G* e como *um não-G*, pois nada é identificado por uma instância da negação do PNC (Seção 4.4.2). Em resumo, devemos lembrar que esse segundo argumento faz menção à referência identificadora a objetos concretos em *geral* e declara o PNC como pressuposto, para que se usem termos singulares com competência e entendimento.

4.5

Observações subsidiárias

Jonathan Lear considera a seguinte possibilidade de interpretação: o argumento de Aristóteles apenas mostraria que, caso o PNC não valesse, deveríamos abandonar nossa imagem de um mundo composto por substâncias e propriedades. Depois de levantar essa hipótese, Lear tenta estender o argumento sem que a verdade de sentenças dependa da existência de substâncias aristotélicas (Lear, 1980, p. 12). Apesar de reconhecer que a refutação proposta por Aristóteles faz uma objeção válida, que transcende a semântica limitada em que ocorre, é evidente que Lear considera que o argumento de Aristóteles só é persuasivo se aceitamos as teses aristotélicas sobre substâncias e essências (Lear, 1988, p. 259). A leitura que fazemos do argumento não é a de que o PNC seria, demonstrando ter como base as teses de Aristóteles sobre substância e essência, mas que o argumento defenderia as teses aristotélicas, a saber: que nossa concepção de mundo é composta por indivíduos de um certo tipo. Se por um lado, Jonathan Lear alega que a relação entre (a) teses aristotélicas mínimas sobre essência e substância e (b) o argumento em defesa do PNC é tal que (b) *depende* de (a), nossa opinião, pelo contrário, é de que (b) é uma *defesa* parcial de (a). Acreditamos que a relação não seja de *dependência* ou *pressuposição*, mas de *defesa* ou *estabelecimento*. Ou seja, Aristóteles estaria defendendo concepções mínimas de o que é uma substância (que nenhum indivíduo é um “puro isto”) e uma concepção pré-teórica de essência (propriedades essenciais). O argumento tem a ambição de explicitar que nossa concepção de um mundo é a concepção de um mundo determinado e isso é interdependente a concebermos o PNC como válido. Entender o PNC como válido é entender “tipos” de objetos que são não apenas diferentes, mas incompatíveis. Nossa concepção de um objeto é aquela que, sendo do tipo que é, exclui modalmente outros tipos.

Recordemos que, seja nas *Categorias*, seja na *Metafísica*, os exemplos paradigmáticos de substância são indivíduos concretos particulares como Sócrates. Mesmo que Aristóteles exponha, em sua *Metafísica*, uma teoria do que é uma substância de uma maneira distinta, talvez incompatível com o tratamento dado nas *Categorias*, uma coisa é certa: uma substância continua sendo para Aristóteles *um certo isto*.

No início do capítulo 3 do livro VII da *Metafísica*, Aristóteles começa anunciando quatro candidatos para o que seria “substância” (*Met.* 1028b33-36): a essência (“aquilo que o ser é”), o universal, o gênero e o subjacente. O texto continua explicando o que é entendido por subjacente o qual se divide em matéria, forma e o composto (matéria e forma) – por exemplo, matéria seria o bronze, a forma o aspecto da figura e o composto (o conjunto de ambas), a estátua – sugerindo que a forma talvez tenha prioridade (*Met.* 1028b36-1029a7). Após cogitar que, em algum sentido, considere-se a matéria como sendo a substância, essa hipótese é descartada por dois motivos em *Met.* 1029a27-33: substância é (a) um certo isto e é (b) separada. O capítulo 3 termina com uma recomendação de que restrinjamos nossas considerações às coisas sensíveis que são comumente admitidas serem substâncias.

Assim, para os que investigam a partir dessas considerações, decorre ser substância a matéria. No entanto, isso é impossível, pois, antes de tudo, reputa-se que o *separado* e o *um certo isto* pertencem à substância; por isso, a forma e o conjunto de ambas seriam reputáveis como substância mais do que matéria (*Met.* 1029a-30, trad. Angioni com modificações nossas).²⁶

Também nas *Categorias* assinala-se que substâncias primeiras significam “um certo isto” (*tode ti*), isto é, um particular de um certo tipo.

Toda substância parece significar *um certo isto*. No caso de substâncias primeiras, é verdadeiro e indisputável que significam *um certo isto*... (*Cat.* 3b10–23, trad. Angioni)²⁷

²⁶ If we adopt this point of view, then, it follows that matter is substance. But this is impossible; for both separability and 'thisness' are thought to belong chiefly to substance. And so form and the compound of form and matter would be thought to be substance, rather than matter. (*Met.* 1029a-30, trad. Ross) / If, then, we proceed on this basis, matter turns out to be a substance. But this is impossible, for separability and thisness seem to belong chiefly to substance; and for this reason the form and the compound would seem to be substance more than matter is. (*Met.* 1029a-30, trad. Bostock)

²⁷ Every substance seems to signify a certain 'this'. As regards the primary substances, it is indisputably true that each of them signifies a certain 'this'... (*Cat.* 3b10–23, trad. Ackrill) / All substance appears individual. And this is indisputably true in the case of the primary substances. (*Cat.* 3b10–23, trad. Cook, The Loeb Classical Library)

Tanto as *Categorias* como a *Metafísica* substância (um particular) têm o conteúdo análogo a “um certo isto” (*this-such*). Essa é a *concepção mínima* do que é um objeto particular, i.e. o que é ser uma substância aristotélica que precisamos: um *this-such*. E é isso que o argumento defende.

Em geral, os que afirmam isso suprimem a substância e o “aquilo que o ser é”, pois lhes é necessário afirmar que tudo sucede por concomitância, e que não há aquilo que precisamente o *ser para homem* (ou o *ser para animal*) é. Pois, se há de ser algo aquilo que precisamente *ser para homem* é, ele não poderá ser o *ser para não-homem*, nem o *não-ser para homem* (são estas suas negações); pois era uma só coisa aquilo que *ser para homem* significava, e isso era substância de algo. E significar substância é significar que o *ser da própria coisa* não é nenhum outro (*Met.* 1007a20-29, trad. Angioni com modificações nossas).²⁸

Apresentamos um argumento em defesa do princípio de não contradição (PNC) baseado na *Metafísica* de Aristóteles. Em *Met.* 1006a – 1009a, Aristóteles propõe uma série de argumentos contra aqueles que duvidam da validade do PNC; comentadores divergem de opinião quanto à quantidade de argumentos que podemos encontrar ali, bem como na delimitação, no próprio texto, de onde um termina e outro começa. Se o argumento que selecionamos permite alguma interpretação semelhante, ao menos em espírito à nossa, podemos situar esse argumento do Livro IV, no contexto maior da *Metafísica*, que busca a caracterização do que é uma substância (cf. em especial, *Met.* VII). Lembremos que há duas etapas principais ou resultados parciais, no decorrer de nossa argumentação. A primeira etapa (α) sugere que qualquer objeto particular é um objeto particular de *um certo tipo*. A partir de (α), haveria uma indicação, para a noção de substância aristotélica: toda substância deve ser *um certo isto* (*tode ti*). A segunda etapa (β) é compatível com a concepção de substância: se um objeto particular é de um certo

²⁸ And in general those who say this do away with substance and essence. For they must say that all attributes are accidents, and that there is no such thing as 'being essentially a man' or 'an animal'. For if there is to be any such thing as 'being essentially a man' this will not be 'being a not-man' or 'not being a man' (yet these are negations of it); for there was one thing which it meant, and this was the substance of something. And denoting the substance of a thing means that the essence of the thing is nothing else. (*Met.* 1007a20-29, trad. Ross) / Those who say this entirely eliminate substance and what it is to be. For it is necessary for them to maintain that all things are coincidences and that there is no such thing as just what to be a man or to be an animal [is]. For if anything is just what to be a man [is], that will not be to be a not-man or not to be a man: yet those are its denials. For what it signified was one thing, and that was something's substance, and to signify a thing's substance is to signify that, for it, to be is nothing else. (*Met.* 1007a20-29, trad. Kirwan)

tipo, então, segue-se que ele *não pode ser* de um tipo diferente daquele que ele é. Sugerimos que aqui há uma defesa de certo aspecto do essencialismo aristotélico.

4.6

Conclusões

Mencionamos, em capítulos anteriores, a possibilidade de nomearmos esse segundo argumento de “argumento epistêmico” - entendendo a palavra “epistêmico” num sentido bastante lato - já que esse argumento menciona temas como sujeitos e suas habilidades cognitivas, atribuição de pensamentos e certos saberes discriminatórios. Ademais, a própria conclusão desse argumento pode ser formulada, em linhas gerais, como versando sobre crenças, atos de pensamento e enganos epistêmicos. Suponhamos, para ilustrarmos esse fato, que haja um argumento “demonstrando” que raiz quadrada de qualquer primo pode ser escrita como o quociente de dois números naturais e que esse argumento nos convença de que pensamos sobre *um (determinado e único)* número racional que é a raiz quadrada de 2. Nós acreditamos que podemos pensar algo sobre tal objeto, pois supomos que estejamos diante de um argumento correto. Contudo o argumento é objetivamente incorreto e nós estamos enganados. Nossa crença está equivocada e necessariamente equivocada. De forma análoga, se nosso segundo argumento em defesa do PNC é correto, essa é nossa situação com respeito à atribuição de uma crença contraditória a uma e à mesma consciência. Há quem suponha que perceba e pense algo sobre um objeto radicalmente indeterminado, contudo ele está errado em supor que pensa assim - está cometendo um engano, ao supor que forma um pensamento singular. Nosso argumento tem como conclusão não que nós não podemos *supor* que pensamos numa contradição (num objeto indeterminado), mas, sim, que nós estamos equivocados nessa suposição.

Antes de concluir nossa dissertação, deve ser enfatizado, como já assinalado desde a *Introdução*, que há pelo menos três coisas que esse capítulo não tinha como objetivo cumprir. Primeiro, este capítulo não tinha como objetivo fornecer uma justificação textual detalhada de que esse segundo argumento é, de fato, um dos argumentos de Aristóteles. Em segundo lugar, o argumento descrito acima não foi apresentado como sendo, nem como pretendendo ser a interpretação correta do texto do Livro IV da *Metafísica*. No máximo, o argumento poderia ser encarado como uma complementação ou um “reforço” ao argumento de Aristóteles, ou

melhor, como uma complementação de *uma interpretação* possível de *um* dos argumentos do texto aristotélico; mesmo tal meta, como explicado na *Introdução*, está para além do escopo do presente texto. Terceiro, a despeito do uso e referência constante ao texto da *Metafísica* e seus comentadores e umas nossas poucas sugestões de como poderíamos interpretar Aristóteles aqui e ali, esse capítulo nunca teve como objetivo ser um capítulo de história da filosofia antiga. Nosso texto é um texto de filosofia da lógica e de filosofia da linguagem.